

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

“ACHATAMENTO SALARIAL, ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO E EXPANSÃO
DO MERCADO DE CRÉDITO: A ADEÇÃO DAS REDES DE VAREJO EM RIO CLARO
(SP)”

Naiara Estefani Lucio Geraldo

Prof(a). Dr(a). Fabrício Gallo

Rio Claro - SP

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

NAIARA ESTEFANI LUCIO GERALDO

ACHATAMENTO SALARIAL, ENDIVIDAMENTO DA
POPULAÇÃO E EXPANSÃO DO MERCADO DE CRÉDITO: A
ADESÃO DAS REDES DE VAREJO EM RIO CLARO (SP)

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2024

G354a

Geraldo, Naiara Estefani Lucio

Achatamento salarial, endividamento da população e expansão do mercado de crédito: A adesão das redes de varejo em Rio Claro (SP) / Naiara Estefani Lucio Geraldo. -- Rio Claro, 2024

64 p. : il., tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Fabrício Gallo

1. Cartões de crédito. 2. Achatamento salarial. 3. Endividamento. 4. Instituições financeiras. 5. Supermercado. I. Título.

NAIARA ESTEFANI LUCIO GERALDO

ACHATAMENTO SALARIAL, ENDIVIDAMENTO DA
POPULAÇÃO E EXPANSÃO DO MERCADO DE CRÉDITO:
A ADESÃO DAS REDES DE VAREJO EM RIO CLARO (SP)

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharelado e
Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Fabício Gallo (orientador)

Bruno Riani Moreira Costa

João Paulo Rosalin

Rio Claro, 13 de dezembro de 2024.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo contextualizar e estabelecer conexões entre, o achatamento salarial, endividamento da população e a expansão do mercado de cartões de crédito e adesão das redes de varejo no mesmo. Com isso, proporciona um maior entendimento da situação geográfica de Rio Claro (SP), ao analisar um Supermercado varejista e sua relação com o endividamento da população.

Palavras-chaves: Cartões de crédito; Achatamento salarial; endividamento; instituições financeiras; Supermercado.

ABSTRACT

This Course Completion Work (TCC) aims to contextualize and establish connections between salary flattening, population indebtedness and the expansion of the credit card market and the adhesion of retail chains to it. Therefore, it provides a greater understanding of the geographic situation of Rio Claro (SP), when analyzing a retail supermarket and its relationship with the population's indebtedness.

Keywords: Credit cards; Salary flattening; separation; financial institutions; Supermarket.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: PrintScreen da Virgínia Fonseca em uma live commerce da marca <i>Wepink</i> .	21
Figura 2: Boca Rosa fatura R\$5 milhões em live de pré-lançamento.	22
Figura 3: Curso de mentoria financeira de Thiago Nigro, Coach financeiro.	23
Figura 4: Valores do curso de mentoria financeira de Thiago Nigro, Coach financeiro	23
Figura 5: Escala brasileira de insegurança alimentar .	28
Figura 6: Ciclo do crédito.	42
Figura 7: Supermercado Pantoja, loja 1.	56
Figura 8: Supermercado Pantoja, loja 2.	57
Figura 9: Print Screen do aplicativo clube Pantoja.	58
Figura 10: Cartões do grupo Senff.	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de desempregados por região.	25
Tabela 2: Endividados por tipo de dívidas.	36
Tabela 3: Total de famílias endividadas.	37
Tabela 4: Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor.	38
Tabela 5: Quantidade de cartões de crédito.	43
Tabela 6: Quantidade de cartões de crédito ativos por arranjo de pagamentos.	44
Tabela 7: Quantidade de transações realizadas de 2016 - 2024.	45
Tabela 8: Classe de risco por dia de provisionamento.	46
Tabela 9: Riscos de crédito.	47
Tabela 10: Quantidade de estabelecimentos, Rio Claro, SP.	50
Tabela 11: Quantidade de vínculos, Rio Claro, SP.	51

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Endividamento de Risco por Regiões.	32
Mapa 2: Endividamento de Risco por Estados.	33
Mapa 3: Localização de Rio Claro.	49
Mapa 4: Localização Supermercado Pantoja- Loja 1.	55
Mapa 5: Localização Supermercado Pantoja- Loja 2.	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Balanço comercial do agronegócio.	29
Gráfico 2: Taxa de endividados de Risco.	31
Gráfico 3: Quantidade de tomadores de crédito e de endividamento de risco.	32
Gráfico 4: Endividados de Risco por idade.	34
Gráfico 5: Endividamento de risco modalidades.	34
Gráfico 6: Endividamento de risco por renda.	35
Gráfico 7: Critérios de endividamento de risco.	35
Gráfico 8: Saldo das operações de risco.	39
Gráfico 9: Valor médio de tarifa de anuidade.	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL	12
1.1 Sistema Econômico	16
2. DESPOTISMO DO CONSUMO E NOVAS FORMAS DE PROPAGANDA	20
3. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	24
4. POR QUE SOMOS TÃO POBRES?	27
4.1 Inadimplência, Endividamento de risco e superendividamento	30
4.2 Endividamento e Inadimplência da População	36
5. CARTÃO DE CRÉDITO	40
5.1 Crédito e Acesso ao Cartão de Crédito	42
5.2 Risco de Crédito	45
5.3 Crédito como Negócio	47
6. RIO CLARO	49
6.1 Centralidade do Município	51
7. REDES DE SUPERMERCADO E CARTÕES DE LOJA	54
8. PANTOJA SUPERMERCADOS	55
8.1 Grupo Senff	58
8.2 Cartão de crédito Senff Pantoja	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
BIBLIOGRAFIA	62

INTRODUÇÃO

Nas sociedades antigas, as necessidades humanas eram limitadas ao essencial para a sobrevivência. Com o avanço da civilização, essas necessidades deixaram de se restringir às básicas para a manutenção da vida e se tornaram mais diversas e complexas. Nas sociedades tradicionais, a produção estava diretamente ligada ao suprimento de necessidades imediatas, como a confecção de roupas, ferramentas e outros itens necessários para a agricultura e caça. Já na sociedade capitalista, a produção está associada ao consumo. O empregador, ou capitalista, produz com o objetivo de obter lucro, que pode ser reinvestido. O trabalhador, por sua vez, recebe um salário que lhe permite consumir os bens e serviços oferecidos no mercado.

O emprego é uma criação do processo industrial que submete as pessoas a empregos alienantes e exaustivos, que com o avançar das tecnologias, muitas dessas atividades foram substituídas por máquinas e outros objetos técnicos. A tecnologia faz com que empregos braçais tidos como pouco complexos, acabam sendo cada vez mais desnecessários, assim gerando trabalhos cada vez mais mecanizados que requerem certa especialização, ou seja, a economia global vigente demanda trabalhadores especializados, pois a produção agora depende menos da quantidade de trabalhadores.

Neste período, presenciamos avanços notáveis, como o crescimento do mercado financeiro e a emergência das moedas digitais. Além disso, a ascensão das Fábricas Inteligentes (Smart Factories) é evidente, incorporando as mais recentes técnicas de automação, digitalização, gestão de dados e conectividade, impactando diretamente a eficácia operacional das empresas. A presença da inteligência artificial é cada vez mais marcante em diversos setores. Além da criação de importantes centros de estudo especializados em tecnologia e informação é crucial nesse contexto em constante evolução. O Brasil está passando por uma fase de crescimento econômico lento, onde a indústria contribui pouco para o PIB total do país, enfrentando um declínio e apresentando baixa complexidade tecnológica. Por isso, a adoção da indústria 4.0 no Brasil avança de maneira gradual.

A expansão do mercado de crédito no Brasil avançou consideravelmente, impulsionada principalmente pela estabilização da economia e pela abertura comercial do país. Esses fatores possibilitaram a redução dos custos de vários bens de consumo e serviços. Todos esses acontecimentos permitiram que o sistema financeiro no país se estabilizasse e abriram as portas para que o mercado de crédito sofresse alterações significativas. Na década

de 1990, os bancos se viram obrigados a adotar novas estratégias para aumentar seus resultados, nesse contexto, optaram por se concentrar no mercado de crédito.

Atualmente, o Brasil vive um período de achatamento salarial, no qual o salário não consegue acompanhar os índices de inflação, isso acaba afetando diretamente grande parte da população que ganha cerca de 1 salário-mínimo. O Cartão de crédito é uma forma da população pobre adquirir bens de consumo, pagar dívidas ou se alimentar, portanto o crédito é um grande mecanismo de arrocho salarial que ajuda a economia circular, porém as grandes credenciadoras de cartão manipulam a população cobrando juros abusivos em troca do uso dos cartões.

A financeirização do território só aumenta e com isso novos lugares e pessoas são alcançados, como é o caso das das empresas de varejo e supermercados que fidelizam e condicionam o cliente por meio de cartão de crédito private label.

1. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

A história econômica do Brasil desencadeou por meio da lógica de acumulação primitiva de capital, a economia brasileira era apenas uma extensão da economia portuguesa. A ocupação portuguesa ocorreu através da exploração de recursos naturais, primeiramente com a extração do pau-brasil, posteriormente com o desenvolvimento da economia açucareira.

O território brasileiro foi dividido em capitanias hereditárias, e o primeiro ciclo econômico foi promovido pela produção de açúcar, que se concentrava no litoral nordestino, onde o solo e o clima eram propícios para o plantio da cana de açúcar, além de que o litoral facilitava o escoamento do produto, que, por sua vez, fez uso massivo de mão de obra escrava, no primeiro momento mão de obra indígena, que além de ter um modo de trabalho totalmente incompatível com o trabalho compulsório e exploratório no qual foram forçados a se submeter, foram também forçados a ordens religiosas promovidos pelos jesuítas.

Com a necessidade de obter mais mão de obra e como Portugal comercializava escravos, os mesmos foram mão de obra no Brasil, o negro escravizado era apenas uma mercadoria, desumanizado e considerado um objeto à venda, na perspectiva mercantilista. O indígena e o africano escravizado compunham a mão de obra forçada das grandes fazendas e das minas.

Segundo Prado JR (1976):

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira (Prado JR., 1976, p. 122-123).

O ciclo do açúcar não só fomentou o mercado externo, mas também estimulou o desenvolvimento do mercado interno, promovendo atividades como a criação de gado e a produção de couro. O escambo era a principal maneira de realizar trocas, como a carne de charque por couro, feijão e demais produtos. Na falta de dinheiro físico, vender um produto e pagar depois, o “*fiado*”¹, tornou-se um meio comum de compra e venda de produtos.

Com a concorrência e a falta de competitividade do açúcar em relação a outros países produtores, essa atividade produtiva entrou em crise, e com isso, gerou a decadência da força

¹ O termo “vender fiado” significa permitir que os clientes comprem produtos ou serviços sem realizar o pagamento imediato no momento da compra.

política das oligarquias das regiões norte e nordeste do país, que foram perdendo força, principalmente com a descoberta de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais. A mineração foi de extrema importância para a colônia, foi o centro das atenções da coroa portuguesa, com isso, outras regiões do Brasil foram negligenciadas. O fluxo populacional para o centro sul no início do século XVIII do país foi gigantesco, uma grande quantidade de pessoas em um lugar que até então era desabitado. De acordo com Prado JR (1981):

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este porto, que se tornará assim o principal centro urbano da colônia (Prado JR., 1981, p. 64).

A partir da segunda metade do século XIX até o final do Império, o Brasil passou por um processo de formação e fortalecimento dos valores burgueses. Esse período marcou o início de uma transformação significativa na distribuição das atividades econômicas. A revitalização do setor agrícola, impulsionada pela abertura dos portos e pela independência política e deu início à consolidação dos ideais liberais no país.

Com a crise na produção de açúcar, esgotamento do ouro e diamante em Minas Gerais, o motor da economia passou a ser a região sudeste, que foi ocupada pelo cultivo do café com alta demanda no mercado externo. Deste modo, os cafeicultores começaram a acumular capitais em uma escala até então nunca vista no país. Na década de 1840, o café começou a se destacar como o principal produto de exportação do Brasil, sendo cultivado inicialmente no Vale do Paraíba.

Após o esgotamento das terras, a mancha cafeeira se expandiu para o interior de São Paulo, sul de Minas e norte do Paraná. Os mineiros migraram e se fixaram em cidades onde o café já estava melhor consolidado, outros preferiram desbravar mais “à oeste” do estado de São Paulo, a partir do povoamento dessas pessoas foram se constituindo cidades e grandes latifúndios.

Em 1850, foi estabelecida a Lei de Terras, que regulariza as terras já em cultivo e permitiu que o primeiro ocupante pudesse se provar como tal. Além disso, a compra de terras tornou-se a única forma legal de aquisição, dificultando o acesso de ex-escravos e imigrantes a terras produtivas. A Lei de Terras de 1850, foi fundamental para garantir a propriedade privada rural no Brasil. Representou uma espécie de acumulação primitiva, com a espoliação de terras por meio da falsificação de documentos ou compras facilitadas para grandes

latifundiários, que concentravam cada vez mais propriedades, além de que adquirir terras no estado era improvável por serem já terras particulares e pela especulação da mesma. Segundo Monbeing (1984):

No estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as florestas como as de campo. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à presença de grileiros (Monbeing, 1984, p. 211).

A elite cafeeira se formou através da aquisição de terras, recrutamento da mão de obra imigrante, organização da produção, expansão da malha ferroviária, e comercialização nos portos. Segundo Furtado (2007):

O produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial, concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente, estavam formados os quadros da nova classe dirigente que liderava a grande expansão cafeeira (Furtado, 2007, p. 172).

Com a crise da economia cafeeira, dependente da exportação, agravada pela crise de 1929, essa economia entrou em colapso. A elite agrária, que havia ganho grande influência política durante a República Oligárquica no início do século XX, perdeu sua influência. O Estado tomou medidas para valorizar o produto, porém elas não foram eficazes. Como forma de superar essa crise, é substituir as importações, foi introduzida uma política nacional de desenvolvimento, pautada na industrialização, com a implantação de várias empresas estatais no período, entre as quais: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce. O Estado Novo de Vargas centralizou o poder e incentivou o desenvolvimento industrial. (Cano, 2015).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, o país viveu um período de rápido crescimento industrial, com o “Plano de Metas” que possuía o objetivo de promover infraestrutura, transporte, energia e indústria de base. No período da ditadura militar também se ouve várias obras de infraestrutura, o chamado 'milagre econômico”. Para viabilizar a construção de grandes obras, o Brasil precisou contrair empréstimos e com isso contraiu dívidas externas.

Os anos 80 foi marcado pelo endividamento dos países em desenvolvimento, o Brasil contraiu dívidas para basicamente pagar dívidas, que foram realizadas nos períodos anteriores para concretizar os planos de desenvolvimento econômico. Muitas dessas dívidas foram adquiridas na fase desenvolvimentista do país, de 1930 a 1980, para promover a industrialização e financiar grandes obras como a construção, dos centros de energia nuclear

Angra, construção de Brasília e rodovias. As dívidas contraídas no período militar por exemplo foram dívidas contraídas a curto prazo o que provocou o endividamento dos anos 80, que é conhecida como a década perdida.

O rápido crescimento da economia brasileira entre os anos de 1930 e 1970 ocorreu pela promoção da industrialização e da articulação de um mercado nacional. Segundo Furtado (1992):

A partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração da economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas (Furtado, 1992, p.32).

Com a globalização e a onda neoliberal, se possuía duas lógicas a serem seguidas, a formação do território nacional ou a integração com a economia externa, onde o que predominou foi a lógica das empresas transnacionais na ordenação econômica. A economia brasileira é caracterizada pela intensa presença do mercado internacional no país, seja nas atividades produtivas, quanto na esfera financeira.

O governo Collor foi marcado pela venda das estatais que foram contraídas no período desenvolvimentista do país. Nos governos de Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ocorreu a explosão do neoliberalismo, marcada por privatizações e aberturas comerciais que transformaram o motor da economia brasileira. Houve uma transição do foco no mercado interno para uma ênfase na integração com a economia internacional. Essa integração com a economia global resultou na falta de interdependência entre as regiões do Brasil, enfraquecendo consideravelmente as relações entre elas e acarretando diversas crises no território brasileiro.

Durante os governos Lula (2003-2010), foram implementados projetos sociais voltados para a parcela mais vulnerável da população, como o Bolsa Família, Vale Gás e Minha Casa, Minha Vida. Lançado em 2009, o programa Minha Casa, Minha Vida foi uma iniciativa do governo federal brasileiro com o propósito de proporcionar habitação digna para a população de baixa renda (Maricato; Royer, 2007).

Um problema evidenciado foi a forma como a distribuição dos recursos de habitação foi absorvida pelo setor privado. Incorporadoras e construtoras passaram a construir habitações de baixa qualidade, utilizando produtos de pouco valor e qualidade, relegando a população a áreas inadequadas. A especulação imobiliária adquiriu terrenos na expectativa de futuras valorizações, aguardando a chegada de infraestrutura para lucrar com a venda. Isso revela um planejamento neoliberal por trás do projeto de habitação social. As políticas

urbanas e habitacionais não supriram as necessidades da população e serviram para enriquecer ainda mais o setor privado, esse período ficou marcado pelo acesso ao crédito da população, principalmente a produtos da linha branca, como geladeira, fogão, microondas, entre outros utensílios domésticos.

Os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) foram marcados pela desregulamentação de leis trabalhistas, reforma da previdência, sucateamento de órgãos públicos, expansão das atividades do primeiro setor, aumento da bancada ruralista no senado e precarização do trabalho.

Desde de sua existência, como colônia o Brasil foi explorado até o esgotamento dos seus recursos naturais, com a declaração da independência de Portugal contrair mais dívidas pelos acordos feitos em função da independência, o país já nasceu endividado, o Brasil nunca pagou os suas dívidas com seu próprio dinheiro, e sim realizar novos empréstimos para pagar os antigos ou apenas os juros dessas dívidas, fazendo que ao invés de diminuir as dívidas, criassem cada vez mais.

De 1930 a 1980, o governo foi marcado por um desenvolvimento do país criações de estatais que com as reformas neoliberais de Collor e Fernando Henrique Cardoso a economia voltou a ser vulnerável e dependendo do mercado internacional, com o crescimento da dívida externa, quanto mais dívidas são pagas, mais dívidas são feitas, a dívida externa só aumenta, portanto a dívida não é só externa como eterna.

1.1 SISTEMA ECONÔMICO

Nas sociedades tradicionais, a produção estava diretamente vinculada ao suprimento de necessidades imediatas como, a confecção de roupas, ferramentas e outros itens essenciais para a agricultura e a caça. Nesses contextos, o indivíduo era diretamente responsável por suprir suas necessidades básicas. Durante a Pré-história o ser humano deixou de ser um caçador-coletor, passando a dominar cada vez mais a natureza, incluindo o controle do fogo e a criação de ferramentas. O domínio de materiais como pedra e, posteriormente metal, permitiu-lhe buscar ambientes mais favoráveis à sua sobrevivência, onde pudesse praticar agricultura e criação de animais.

O domínio da fundição do ferro e a fabricação de ferramentas, junto com a invenção da escrita, marcaram o surgimento das primeiras civilizações. Nesse período, a terra ainda era utilizada de forma comunal, sem a noção de propriedade privada sobre os meios de produção. No entanto, guerras e conquistas por novos territórios trouxeram problemas como a

dominação e a escravização dos povos conquistados, e através da expansão das trocas comerciais, a perda das terras comunais e da liberdade, e a acumulação de riqueza por uma parcela da sociedade, surge então a divisão das classes sociais, que se estruturam em torno da especialização das atividades, e o crescimento das trocas comerciais contribui para o desenvolvimento das cidades.

Nas antigas civilizações, como no Egito, Mesopotâmia, Grécia, por exemplo, a estrutura social era baseada em classes como escravos, trabalhadores livres, camponeses, artesãos, militares e a elite. A necessidade de organizar e regular essas sociedades levou à criação do Estado, responsável pela implementação de normas e leis, repressão de crimes e manutenção da ordem. Com isso, surgiram também as finanças públicas, que incluem a cobrança de impostos e o conceito de dívida pública.

Durante o período feudal, a perda das terras comunais levou muitos indivíduos a abandonarem suas glebas ou a fugirem para as cidades em busca de proteção. Nesses novos contextos, eles eram frequentemente forçados a trabalhar para um senhor que providenciava seu sustento, seja por meio de escravidão, servidão ou trabalho assalariado. As trocas deixaram o seu primeiro sentido de valor de uso, de produzir o que eu necessito, e não apenas atender as necessidades do homem que elaborou o produto, e passaram a ter o valor de troca, onde o objetivo era a satisfação do capital mercantil em busca do lucro.

Sempre que o ser humano intervém na natureza é por meio da técnica, e cada sociedade desenvolve formas específicas de realizar essa intervenção. A técnica nesse contexto, não é apenas um conjunto de ferramentas ou materiais, mas engloba todo o processo pelo qual a sociedade interage e modifica o meio ambiente. O objeto técnico é, portanto, o resultado dessa interação entre o homem e a natureza. A produção do espaço está intimamente ligada à cultura, ou seja, à visão de mundo que cada sociedade possui. A forma como o ser humano enxerga e utiliza a natureza depende da sua cultura, e isso inclui tanto sistemas de objetos técnicos materiais quanto imateriais (Santos, 2002).

No capitalismo, o objetivo central é o lucro. Inicialmente, as trocas seguiam o modelo mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), em que uma mercadoria era trocada por dinheiro, e esse dinheiro adquiria novas mercadorias. No entanto, com a busca incessante pelo aumento de capital, esse ciclo foi transformado para dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D), no qual o dinheiro é usado para adquirir mercadorias, que são vendidas com o intuito de gerar mais dinheiro e promover a acumulação de capital.

Essa nova dinâmica alterou profundamente a vida humana. Antes, os indivíduos viviam de forma mais autônoma em suas comunidades e, com o avanço do capitalismo,

muitos foram forçados a se tornar servos, escravos ou, posteriormente, trabalhadores assalariados, inseridos em um sistema cujo foco principal é o crescimento do capital. A globalização constitui uma nova noção de riqueza, prosperidade e de equilíbrio macroeconômico, na qual, as economias nacionais são condicionadas a seguirem. Segundo Santos (2000):

O consumo, tornado um denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações, juntos o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual (Santos, 2000, p. 56).

As técnicas nunca estão sozinhas ou isoladas, e cada período histórico é representado por uma técnica, que se cruzam ou se misturam com as técnicas existentes do período anterior, não é porque novas técnicas são criadas que as antigas deixam de existir. Elas se dão como família, cada período é marcado por um conjunto de técnicas específicas.

Atualmente, as técnicas da informação permitem que a técnica seja espalhada para diferentes partes do mundo, presente em toda parte e a todo momento. O meio técnico científico informacional alcança a totalidade de cada nação, tanto direta como indiretamente. A unicidade das técnicas vai promover que, diferentes partes do mundo realizem e façam parte das mesmas ações, como um motor único que se conforma por meio de agentes mundiais que disputam entre si e lutam pelo controle do monopólio, quanto uma empresa avança outra do mesmo ramo também se qualifica. Segundo Santos (2000):

Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundialização, uma sustentando e arrastando a outra (Santos, 2000, p. 30).

Os agentes usam e modificam o território como bem entende. Criam novos mecanismos de exploração do território e das pessoas, condicionando as mesmas cada vez mais. No entanto, no capitalismo, o consumo passa a ser ditado pela interação entre a tecnosfera e a psicofera. A tecnosfera cria os objetos, enquanto a psicofera faz com que as pessoas acreditem que esses objetos são essenciais.

A tecnosfera representa o conjunto de objetos técnicos que resultam da artificialização crescente do espaço, funcionando como a infraestrutura que sustenta o avanço da produção e dependendo integralmente da ciência e da tecnologia. Já a psicofera é composta por crenças, desejos, hábitos, linguagem e sistemas de trabalho. As pessoas são constantemente influenciadas a adotar certos comportamentos de consumo, como a aquisição do último

modelo de celular ou de roupas e tênis de marca. A tecnosfera é amplamente moldada por uma psicofera que seduz as pessoas através do desejo, alimentado por propagandas e estratégias de marketing que vão gerar uma pressão social e midiática, incentivando o maior consumo, reforçando o ciclo exacerbado. Segundo Santos (2002):

Os novos comportamentos humanos, estes por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicofera são dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território (Santos, 2002. p. 256).

2. DESPOTISMO DO CONSUMO E NOVAS FORMAS DE PROPAGANDA

Quando uma grande indústria se instala em determinado local, ela carrega com si suas normas e técnicas. Ao se instalarem em uma determinada região as empresas são vistas como salvadoras ao promover empregos e estimular o desenvolvimento econômico do local em que a mesma se instala. Os municípios ofertam recursos, concedem terrenos, isenções fiscais e disputam entre si, qual município ficará com determinada indústria, nessas disputas entre os lugares, a indústria consegue adquirir várias vantagens e isenções (Vainer, 2007).

Na sociedade do consumo os indivíduos são o que consomem, o que usam, onde moram, com quem se relacionam. Obter determinado bem material, fornece um prestígio, e o consumo pelo mesmo é totalmente incentivado pela mídia é o consumo. As empresas além de garantir a produção de mercadorias, manipulam o consumidor através da publicidade e propaganda. As grandes indústrias, criam consumidores antes mesmo de produzir bens e serviços, na configuração produtiva atual, a autonomia da produção que a indústria possuía ao assegurar a produção muda de configuração, concedendo lugar ao despotismo do consumo, que produz e reproduz o império da propaganda e publicidade (Santos, 2000). A circulação de mercadorias é fundada pelo marketing do produto, o status da marca, gera expectativas, desejos, e prestígio social ao consumir determinado produto. A propaganda, muitas vezes tende a ser enganosa, valorizando e criando “hype²” sobre um produto que, muitas vezes, não possui atributos qualitativos.

A propaganda digital ganha cada vez mais espaço no mercado, fazendo com que muitas lojas vendessem seus produtos de forma híbrida. Na pandemia, o número de compras realizadas online aumentou consideravelmente, as decisões de comprar ou não um produto em grande maioria, se deram por opiniões e comentários em sites, unboxing³, reviews⁴, para saber se o produto vale a pena. As vendas por meio das redes sociais cresceram consideravelmente, onde redes como o Instagram e Facebook possuem ferramentas específicas para comercialização de produtos de diversas categorias.

O marketing de influência é uma das formas de propaganda mais utilizadas, pessoas como atores, atletas, modelos, Instagrammers, criadores de conteúdos digitais, ou seja, pessoas que possuem certa influência em número de seguidores ou por serem famosos. As

² Hype: hype é utilizado quando uma tendência é promovida de maneira extrema, seja por vídeos, nas redes sociais, ou entre grupos de pessoas com interesses semelhantes.

³ Unboxing: unboxing é utilizado para se referir ao ato de abrir um determinado produto, avaliar e analisar as características do mesmo, gravar e postar em alguma rede social.

⁴ Reviews: reviews são vídeos ou comentários feitos nas redes sociais sobre determinado produto depois de usá-lo e estabelecer uma opinião sobre ele.

empresas de publicidade e propaganda procuram essas pessoas para fazer uma ação, publicidade, colaborações ou parcerias comerciais e criação de produtos.

Como no Caso da *Wepink*, uma marca de maquiagem da influenciadora digital, Virgínia Fonseca, que possui como seu principal marketing as divulgações realizadas nas redes sociais, de amigos, parceiros e nas redes sociais da própria Virgínia. A divulgação dos produtos também acontecem, por meio de lives de vendas ou live commerce, além de que, seus produtos se tornaram viral por serem extremamente superfaturados e por aparentarem uma qualidade duvidosa. Em uma dessas lives de divulgação de produtos, incentivando os consumidores que comprassem seus produtos, Virgínia disse: “Eu descobri que parcelar é chique. Acredita? Ninguém usa mais o débito, eu também parcelo as minhas compras”. Incentivando e criando justificativas para induzir o consumidor.

Figura 1: PrintScreen da Virgínia Fonseca em uma live commerce da marca *Wepink*



Fonte: Instagram, Virgínia Fonseca, 2023.

As lives de vendas atraem um grande número de pessoas assistindo simultaneamente a mesma. Outro exemplo, é a Boca Rosa Beauty, marca da influencer Bianca Andrade, antes ela mantinha contrato com a Payot, outra marca de maquiagem, mas rompeu para criação de marca própria. Segundo a Forbes Brasil, durante a live de inauguração, havia cerca de 1,1 milhão de espectadores. Durante a live, a Boca Rosa Beauty vendeu 64.413 itens, obtendo um faturamento de R\$5 milhões durante quatro horas de live.

Figura 2: Boca Rosa fatura R\$ 5 milhões em live de pré-lançamento



Fonte: Forbes Brasil, 2024.

Além dos produtos físicos, as redes sociais servem para vender cursos de capacitação profissional e melhoria de vida, em diversas modalidades, como: alimentação, preparação física, esporte, comunicação e estabilidade financeira. Muitos se intitulam de *coaches*, que ajudam as pessoas a alcançarem seus desejos seja esteticamente, mentalmente, financeiramente.

Os *coaches* financeiros constroem narrativas infundadas sobre enriquecimento, induzindo a massa a acreditar que trabalhar 16 horas por dia fará a pessoa enriquecer e a culpabiliza as pessoas por serem pobres, com frases prontas como, “o seu futuro só depende de você”, com esses discursos infundados e que trazem esperança de uma renda financeira melhor. Aliado a esses discursos de prosperidade financeira, os *coaches* financeiros usam termos sensacionalistas e que atraem pessoas, como “ O cartão de crédito é seu maior vilão” e “Como chegar mais rápido no seu primeiro milhão”. Com esses discursos atraem um público, que em grande parte é pobre em busca da prosperidade financeira, aproveitam para vender seu curso, de como investir no mercado financeiro, como chegar ao seu primeiro milhão, como não usar o cartão de crédito, porém o curso comercializado podendo ser parcelado em até 12x no cartão de crédito. O que só revela o grande esquema para vender cursos e palestras, para parte da população que já está endividada, ou que irá se endividar para comprar os cursos, ou como os *coaches* abordam, o curso não é um gasto, mas um “investimento pessoal”.

Figura 3: Curso de mentoria financeira de Thiago Nigro, *Coach* financeiro

GRUPO PRIMO

INSCREVA-SE NA MENTORIA E GANHE FINCLASS + INGRESSO FINDAY

00:00:00:00

MENTORIA

INVESTIDOR EM 33 DIAS

Esse treinamento superintensivo vai transformá-lo em um especialista no Método ARCA de Investimentos para você **chegar ao primeiro milhão mais rápido** investindo no mercado financeiro.

QUERO GARANTIR MINHA VAGA

Fonte: Site O Primo Rico.

Figura 4: Valores do curso de mentoria financeira de Thiago Nigro, *Coach* financeiro

MAS CALMA QUE NÃO É ISSO QUE VOCÊ VAI PAGAR....

opção 1

MENTORIA INVESTIDOR EM 33 DIAS

12x de R\$ 99,70 ou à vista por R\$997

- ✓ 30 dias de Mentoria
- ✓ 1 ano de Finclass
- ✓ 1 ingresso Finday
- ✓ Código da Riqueza
- ✓ Mentoria Do Mil ao Milhão
- ✗ Diagnóstico Financeiro com planejador

QUERO PARTICIPAR DA MENTORIA

Ambiente 100% seguro

opção 2

INVESTIDOR EM 33 DIAS + DIAGNÓSTICO FINANCEIRO

12x de R\$ 199,70 ou à vista por R\$1997

- ✓ 30 dias de Mentoria
- ✓ 1 ano de Finclass
- ✓ 1 ingresso Finday
- ✓ Código da Riqueza
- ✓ Mentoria Do Mil ao Milhão
- ✓ Diagnóstico Financeiro com planejador

QUERO PARTICIPAR DA MENTORIA + DIAGNÓSTICO

Ambiente 100% seguro

INSCREVA-SE COM 1 ANO DE FINCLASS + INGRESSO DO FINDAY + CARTEIRAS RECOMENDADAS

Fonte: Site O Primo Rico

3. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A desindustrialização é sentida de maneiras diferentes no mundo e também nas diferentes regiões do Brasil. Entretanto, os fenômenos econômicos globais, em especial o neoliberalismo, estão intimamente relacionados às transformações que acontecem nas diferentes regiões do planeta, afetando de forma diferente os países centrais e periféricos. A desindustrialização no Brasil está intimamente ligada ao aumento da dependência e vulnerabilidade da economia brasileira, afetando não apenas a estrutura econômica, mas também a dinâmica urbano-regional. (Furtado, 2007; Cano, 2007).

A industrialização brasileira deve ser compreendida, pela interpretação do capitalismo tardio, como um processo de longo prazo, em que é conjugado um aumento do grau de industrialização, com incorporação de setores modernos e integração de cadeias produtivas sob hegemonia paulista no período de 1930 até o fim dos anos 1980. Sendo assim, a desindustrialização pode ser compreendida como a redução do grau de industrialização, com a perda da diversificação produtiva, quebra de elos de cadeias produtivas e diminuição do papel da locomotiva paulista depois de 1980 (Cano, 2008). Nas últimas décadas, houve um grande impacto na organização territorial, seja pelo andamento da agricultura, mineração, extrativismo, o crescimento do setor de serviços, que acompanha a urbanização extensiva. Segundo IEDI (2005):

Em contraposição quase toda a América Latina, incluindo o Brasil, estaria passando por uma “desindustrialização negativa”, consistindo esta na redução da importância do setor industrial no produto e no emprego, num contexto de desaceleração generalizada do crescimento econômico como resultado de processos de abertura realizados equivocadamente e de aplicação de políticas macroeconômicas adversas para o desenvolvimento produtivo adotadas no continente (IEDI, 2005, p.4).

Todos esses fatores, juntamente com as crises econômicas que o país enfrenta, contribuem para o aumento do desemprego e a diminuição do trabalho formal, o que torna o país mais propenso ao crescimento do emprego informal. É evidente que tanto o emprego informal quanto o desemprego estão seguindo a mesma tendência. À medida que o desemprego aumenta no setor formal da economia, o emprego não regulamentado também se expande. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a taxa de informalidade configura 39,1% no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2023 até o 2º trimestre de 2024, cerca de 38,93 milhões de trabalhadores atuando na informalidade no período.

Na tabela abaixo, podemos perceber que houve uma queda da taxa de desocupação do 1º trimestre de 2023 para o 2º trimestre de 2024 em todas as regiões do país, porém ainda se tem uma porcentagem elevada, principalmente na região Nordeste e Norte.

Tabela 1: Número de desempregados por região

Número de desempregados por região (%) - 2023						
Regiões	1º trimestre 2023	2º trimestre 2023	3º trimestre 2023	4º trimestre 2023	1º trimestre 2024	2º trimestre 2024
Norte	9,1%	8,1%	7,7%	7,7%	8,2%	6,9%
Nordeste	12,2%	11,3%	10,8%	10,4%	11,1%	9,4%
Sudeste	8,6%	7,9%	7,5%	7,1%	7,6%	6,6%
Centro-Oeste	7%	5,7%	5,5%	5,8%	6,1%	5,4%
Sul	5%	4,7%	4,6%	4,5%	4,9%	4,7%

Fonte: Autora. Dados: Pnad Contínua, 2024.

Esses dados refletem a transformação do trabalhador formal, em trabalhador sob demanda, que só é utilizado conforme as necessidades das empresas contratantes, esse trabalhador só recebe por aquilo que ele produziu no momento. Os direitos trabalhistas, estão cada vez mais sendo precarizados, a plataformização da vida, tira direitos do trabalhador, os salários são incertos, sem direitos ao afastamento, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, plano de saúde, férias, 13º salário, além de externalidades que podem ocorrer, como no caso de um entregador, ter a moto como ferramenta de trabalho, o motoboy, arca com qualquer problema que o veículo possa ter, além de riscos de acidentes, perda de qualidade de vida, pois muitos rodam horas e horas sem conseguir se hidratar e alimentar direito, o que é totalmente brutal e controverso, pois grande parte das entregas, são de estabelecimentos e aplicativos de comida.

Além disso, a uberização do trabalho precariza o trabalhador e beneficia o empregador ou contratante, o isentando de qualquer responsabilidade, social, física, mental com os prestadores de serviço. Quanto mais o trabalhador produz riqueza para o empregador, mais

pobre o trabalhador fica, o trabalhador se torna apenas uma mercadoria tão mais barata quanto a mercadoria que ele produz (Marx, 2010).

Segundo Abílio, 2020:

Nessas décadas de desenvolvimento das tecnologias da informação; de mundialização das cadeias produtivas; de centralização de capitais por gigantes enxutas que se desvencilham dos pesos, custos e responsabilidades ao mesmo tempo que controlam todas as etapas de suas cadeias; das novas formas de gestão e gerenciamento do trabalho que têm em seu cerne o autogerenciamento e a participação do trabalhador na administração eficaz de sua própria produtividade, estabelecem-se formas de subordinação e controle do trabalho que deixaram evidente que é possível terceirizar – até para o próprio trabalhador – parte do gerenciamento do trabalho, transferir riscos e custos, eliminar meios rígidos e publicamente estabelecidos de remuneração do trabalho, de controle do tempo de trabalho, de execução do trabalho, sem que isso signifique perda de produtividade ou de controle sobre o trabalhador (Abílio, 2020, p. 115).

4. POR QUE SOMOS TÃO POBRES?

O Brasil por 322 anos foi colônia de Portugal e mesmo independente continua sendo dependentes, não mais dos portugueses, e sim do capital mundial, tendo em vista que grande parte daquilo que produz acaba sendo transferido para pagamento da dívida pública. Não só o Brasil, mas como toda a América latina, são extremamente explorados, o que acarreta, em diversas crises sociais, políticas, sanitárias. A economia mundial dos anos 80 é marcada pela crise econômica e social dos países periféricos, caracterizada pelos empréstimos realizados com bancos internacionais, fazendo com que os países em desenvolvimento, como o Brasil, se endividam cada vez mais, ao ponto de realizar empréstimo para pagar empréstimo, o país só pode obter mais crédito se conseguir pagar a dívida ou conseguir pagar os juros da mesma.

O Fundo Monetário Mundial (FMI) foi criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, e iniciou sua atuação em 1945, quando 29 países, entre os quais o Brasil, subscreveram o convênio constitutivo do organismo internacional. O FMI conta atualmente com 189 países membros (Banco Central do Brasil). O Fundo Monetário Internacional é o responsável por assegurar o equilíbrio dos pagamentos entre os bancos centrais, como também de criar as normas econômicas para viabilização de crédito.

Países em desenvolvimento que possuem dificuldades de arcar com as dívidas são submetidos ao FMI, que usa de mecanismo para realizar o congelamento salarial ou aumentos controlados, incentivando a diminuição de gastos sociais e subsídios, o que afeta diretamente a população pobre, porém permite que as empresas globais consigam expatriar seus lucros com facilidade, ou seja, as grandes empresas usam a fome e a pobreza como forma de enriquecer ainda mais. Essa política de saneamento econômico conduzida pelo FMI faz com que a própria população retire recursos do seu próprio orçamento para reembolsar a dívida, o que só aumenta o empobrecimento da população. De acordo com Strahm (1991):

As medidas de saneamento da economia imposta pelo FMI levam regularmente a uma diminuição do poder aquisitivo das camadas mais pobres da população. Amortização e pagamentos dos juros são literalmente tiradas da boca da população: “exportem ao invés de comer” (Strahm, 1992, p. 93).

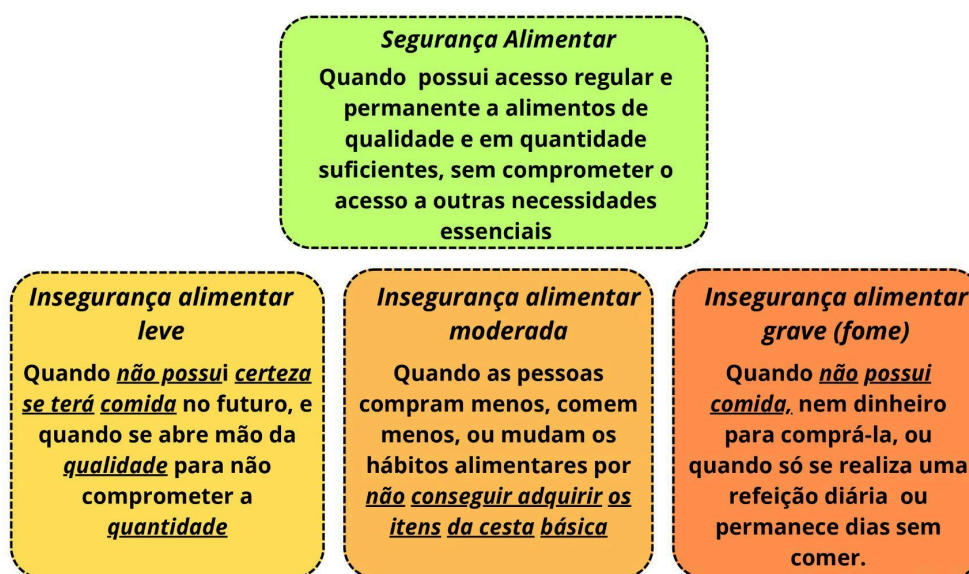
Essas dívidas externas caem sobre a população que cada vez mais está sendo precarizada, pela falta de serviços relacionados à saúde, transporte, habitação e

principalmente à insegurança alimentar. Atualmente, no país 64 milhões de pessoas sofrem com alguma insegurança alimentar e 8,6 milhões de pessoas passam fome⁵.

De acordo com a Escala brasileira de insegurança alimentar, a segurança alimentar diz respeito às pessoas que possuem pleno acesso a qualidade e quantidade alimentar, a insegurança alimentar leve acontece pela incerteza ou preocupação quanto acesso aos alimentos no futuro, a insegurança alimentar moderada é quando se reduz a quantidade e qualidade dos alimentos, as pessoas deixam de consumir o necessário e consomem menos alimentos e a insegurança alimentar grave é a falta de alimentos a níveis que afeta a sobrevivência, na qual as pessoas ficam sem se alimentar. Como apontado no esquema abaixo:

Figura 5: Escala brasileira de insegurança alimentar

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

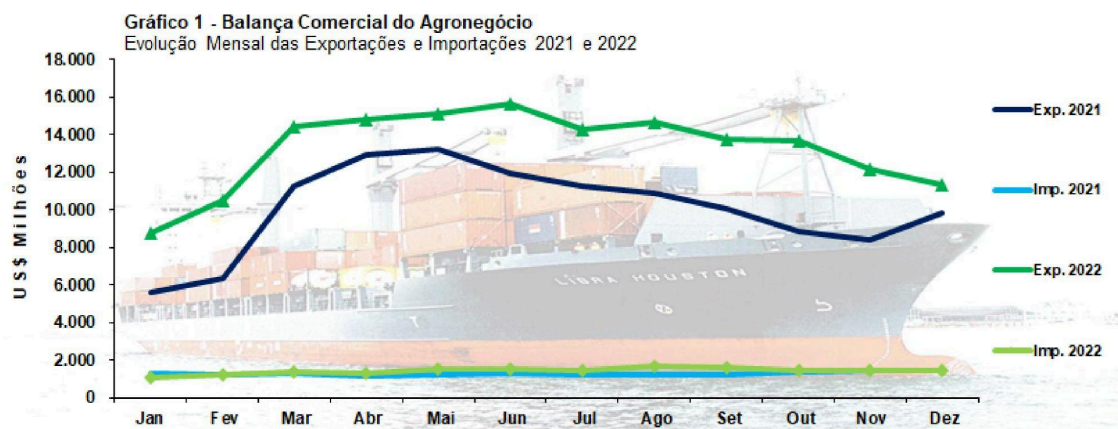


Fonte: Autora, 2024. Dados: Relatório Diagnóstico sobre a fome e o desperdício, 2022.

No ano de 2022, segundo o relatório diagnóstico sobre a fome e o desperdício, aproximadamente 33,1 milhões de pessoas se encontravam com algum tipo de insegurança alimentar. Em contrapartida, no mesmo ano as exportações do agronegócio somaram US\$159,09 bilhões, com alta de 32% em relação ao ano de 2021. Como aponta o gráfico 1 abaixo.

⁵ Fonte das informações:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/642-milhoes-vivem-em-lares-com-inseguranca-alimentar-no-brasil.shtml>

Gráfico 1: Balanço comercial do agronegócio

Fonte: AgroStat Brasil, SECEX/Ministério da Economia, 2022.

Ao mesmo tempo que o país vivia as consequências causadas pela negligência do Estado brasileiro, devido, a disseminação de informações falsas, através de correntes do Whatsapp, divulgação ineficaz de medicamentos como a cloroquina, a não aquisição de vacinas e a minimização da gravidade da doença levaram a um aumento no número de mortes evitáveis. A pandemia evidenciou as profundas desigualdades existentes no Brasil, quanto uma parcela da população podia adotar o home office, trabalhadores como empregadas domésticas, que utilizam múltiplos meios de transporte, não tinham essa opção. Muitas vezes, essas trabalhadoras “optaram” por não voltar para suas próprias casas, para não expor seus padrões ao vírus. Os profissionais essenciais, como motoristas, guardas, porteiros e enfermeiras, enfrentam o desafio de continuar trabalhando, mesmo com salários muitas vezes inadequados e condições de trabalho precárias.

Como consequência, o vírus se espalhou rapidamente para as áreas mais pobres, onde a população trabalhadora vive em condições de aglomeração, falta de saneamento básico e transporte público insuficiente. A pandemia constatou que durante a uma crise sanitária ou de qualquer magnitude, que o pobre é o primeiro da linha do fronte, sendo cada vez mais explorados, expropriados e marginalizados.

4.1 INADIMPLÊNCIA, ENDIVIDAMENTO DE RISCO E SUPERENDIVIDAMENTO

O endividamento é impulsionado pelo estímulo ao consumo e por meio de incentivos, como a facilidade de acesso ao crédito. A necessidade de adquirir novos bens de consumo levam cada vez mais pessoas a se endividarem, transformando esse fenômeno em um problema social.

No Relatório de endividamento de risco do Banco Central do Brasil de 2020, difere a inadimplência, o endividamento de risco e o superendividamento, dessa forma: (i) A inadimplência acontece quando os indivíduos possuem dívidas e por inúmeras razões às dívidas não foram pagas, porém, essas dívidas possuem uma alta possibilidade de serem liquidadas. (ii) O endividamento de risco corresponde a dívidas que não foram pagas e com alto risco de não serem pagas. (iii) O superendividamento, está relacionado às pessoas não conseguirem mais pagar suas dívidas, é a transferência do endividamento de risco para o superendividamento. Muitas vezes a pessoa se torna um superendividado ao contrair dívidas para sair das dívidas anteriores, isso faz com que a o indivíduo perca quase que por total, o seu poder de compra.

Segundo Toscano e Brito (2017):

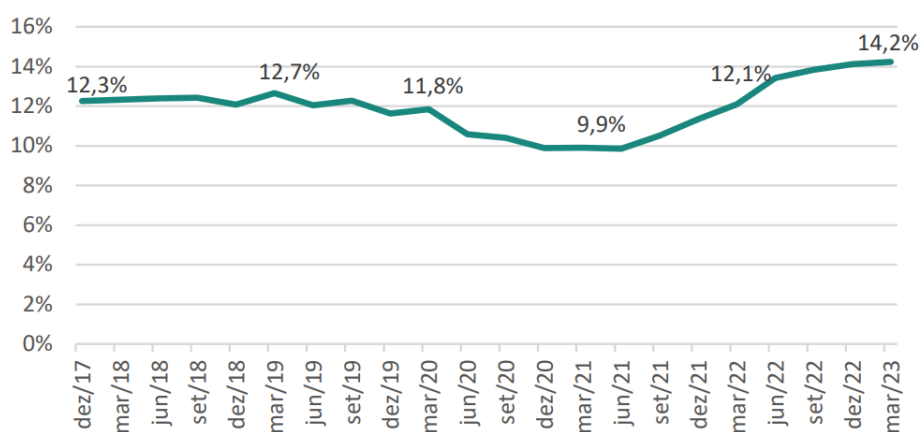
O superendividamento é um fenômeno social e jurídico de elevado poder de impacto. Consequência direta dele é que, incapacitado de saldar seus débitos presentes e futuros, em razão do alto nível de endividamento em que se encontra, o consumidor é posto para fora do mercado de consumo. A falta de crédito decorrente das negativas em bancos de restrição cadastral e outros males atrelados ao superendividamento acabam por gerar uma classe de segregados sociais, dos quais se retira, num primeiro momento, o poder de prover a si e a família e, a posteriori, a própria dignidade enquanto pessoa e sujeito de direitos (Toscano; Brito, 2017, p.192).

De acordo com o relatório de endividamento de risco do Banco Central de 2024, em março de 2023, havia 15,1 milhões de endividados de risco no país, ou 14,2% do total da população tomadora de crédito dentro do SFN. Desses, 11,9 milhões (11,2% dos tomadores) atendiam a dois dos quatro critérios de endividamento de risco; 2,8 milhões (2,7%) atendiam a três dos quatro critérios; e cerca de 300 mil tomadores de crédito (0,3%) atendiam a todos os critérios de endividamento de risco.

No gráfico 2 abaixo, apresenta a evolução do endividamento nos últimos anos. No mês de dezembro de 2017 e março de 2020, o índice de endividamento de risco não teve

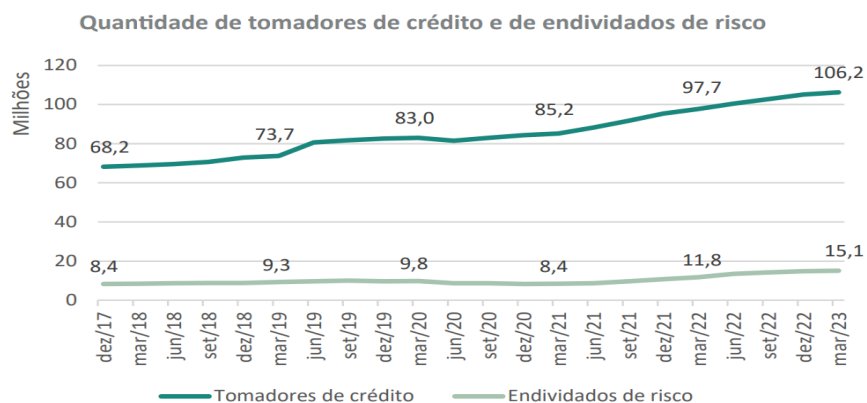
grandes variações, englobando cerca de 12% dos tomadores de crédito. No período de março de 2020 e junho de 2021, período da pandemia de covid-19, se nota uma queda percentual do endividamento de risco de 11,8% para 9,9% dos tomadores de crédito. A partir de março de 2021, a tendência se modificou com o passar dos meses, em março de 2023 o percentual de endividados de risco foi de 14,2%.

Gráfico 2: Taxa de endividados de risco.
Endividados de risco



Fonte: Relatório de endividamento de risco, Bacen, 2023.

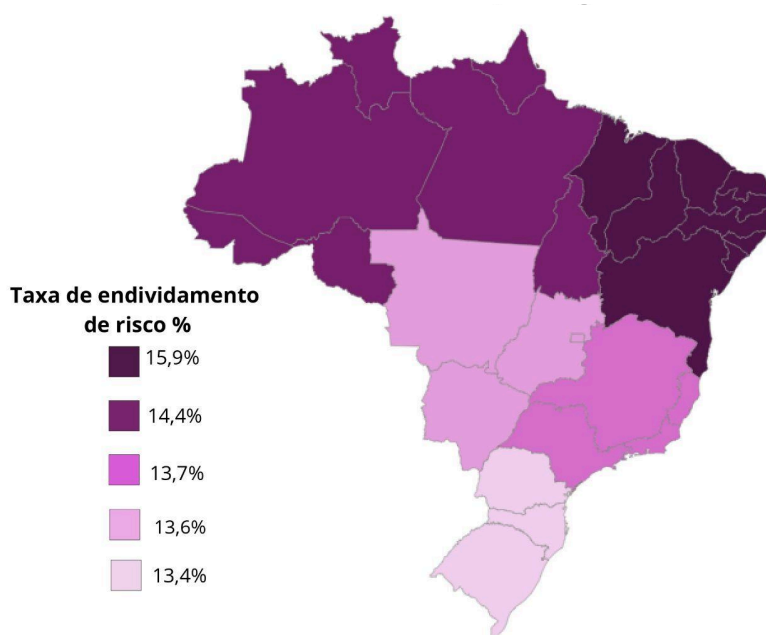
O gráfico 3 abaixo sinaliza a quantidade de tomadores de crédito e endividados de risco. Em dezembro de 2017 a relação de tomadores de crédito era de 68,2 milhões de pessoas, atingindo em março de 2023 106,2 milhões de pessoas tomadoras de crédito, esse número reflete a expansão da linha de crédito durante a pandemia do Covid-19. Já o número de endividados de risco cresceu proporcionalmente, passando de 8,4 milhões em março de 2021 para 15,1 milhões em março de 2023, ocorrendo um aumento gradual de setembro de 2022 a março de 2023.

Gráfico 3: Quantidade de tomadores de crédito e de endividamento de risco.

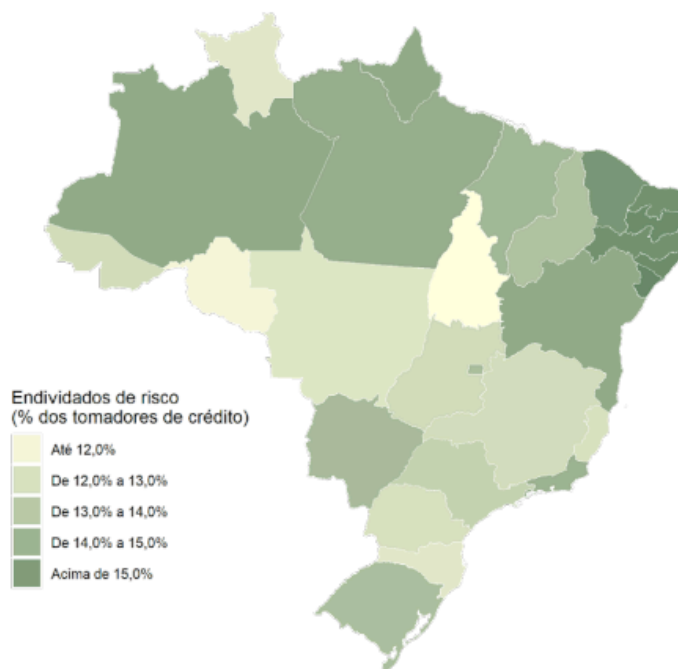
Fonte: Relatório de endividamento de risco, Bacen, 2023.

Os gráficos revelam que no período da pandemia do covid-19 a quantidade de créditos ofertadas para a população aumentou muito em relação aos anos anteriores e a taxa de endividamento da população segue a mesma tendência de crescimento.

No mapa 1 abaixo, é possível observar a taxa de endividamento de risco no Brasil por regiões, com isso é possível apontar que a região nordeste é a que concentra a maior taxa de endividados de risco, com a taxa de 15,9%, em seguida a região norte com a segunda maior taxa, com 14,4%, seguido pela região sudeste, com a taxa de 13,7%, a região nordeste com 13,6 e por fim, a região sul, com a taxa de 13,4% de endividados de risco.

Mapa 1: Endividamento de risco por regiões

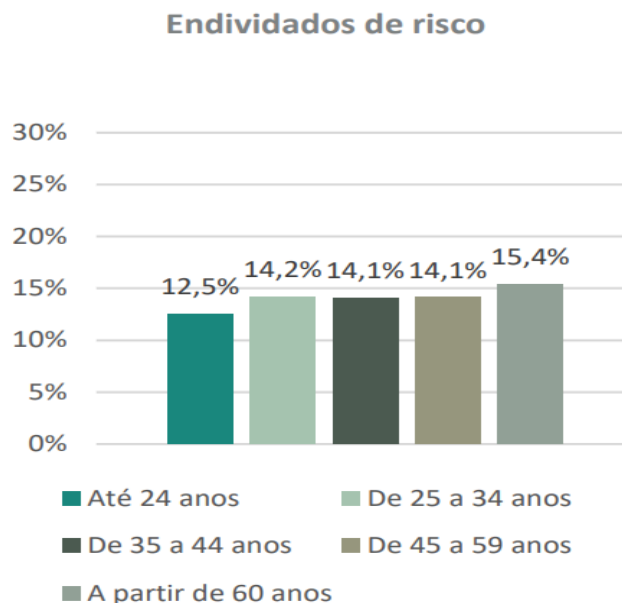
Fonte: Autora, 2024. Dados: Relatório de endividamento de risco, Bacen, 2023.

Mapa 2: Endividamento de risco por estados

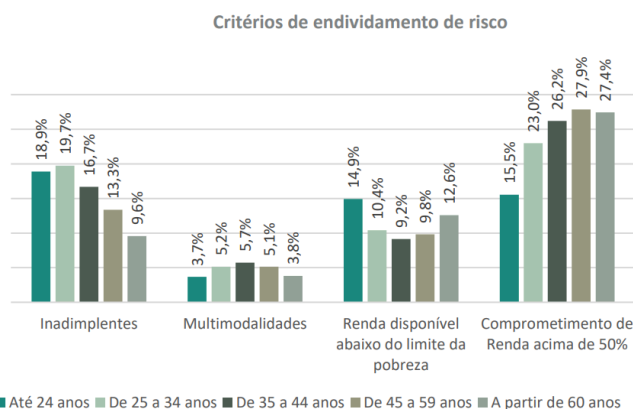
Fonte: Relatório de endividamento de risco, Bacen, 2023.

No mapa 2 é possível notar que os estados de Tocantins, Roraima e Rondônia apresentaram endividamento de risco inferior a 12% dos tomadores de crédito. Já os estados de Sergipe, Paraíba e Alagoas apresentaram endividamento de risco mais de 15% da população. Percebeu-se que os estados que possuem maior incidência de endividamento de risco também possuem maior parcela da população com comprometimento com dívidas do SFN acima da metade da renda.

A Partir dos gráficos 4 e 5 se nota que pessoas de acima de 34 anos são mais inadimplentes, enquanto a faixa de 25 a 59 anos possuem mais multimodalidades de crédito. Com relação ao critério de renda disponível abaixo da linha da pobreza, o percentual de pessoas diminui com o aumento da idade, atingindo o mínimo entre pessoas de 35 a 44 anos, voltando a crescer em seguida. Com relação ao comprometimento de renda acima de 50%, o percentual de pessoas aumenta com a idade.

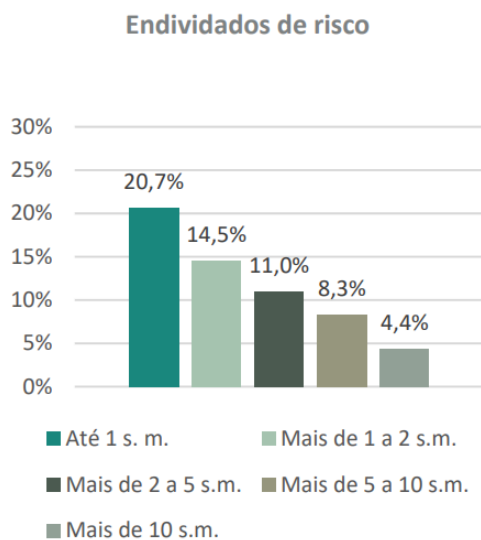
Gráfico 4: Total Endividados de risco por idade

Fonte: Relatório de endividamento de risco, Bacen, 2023.

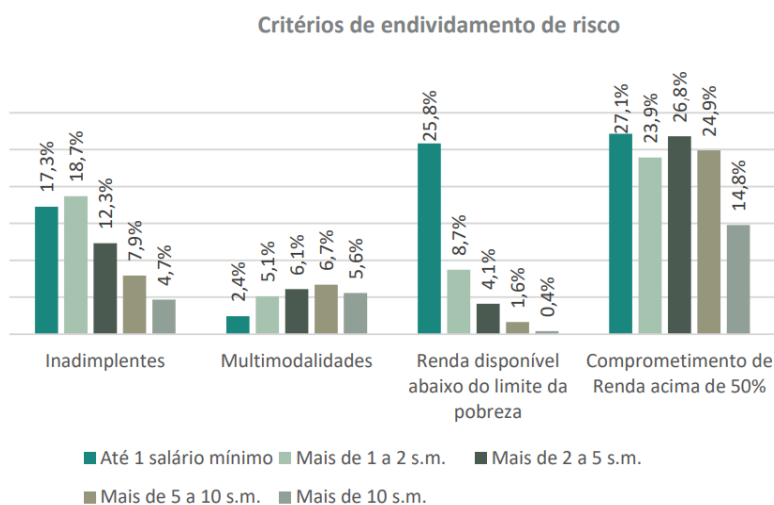
Gráfico 5: Critérios de endividamento de risco por modalidades

Fonte: Relatório de endividamento de risco, Bacen, 2023.

Em relação à renda, o gráfico 6 aponta que os mais pobres, que ganham até um salário mínimo, sofrem mais com a inadimplência, escassez de renda disponível e comprometimento de renda, 20,7 % das pessoas que ganham 1 salário mínimo estão endividadas, 17,3% inadimplentes e 27,1% possui 50% da sua renda comprometida. Já pessoas que ganham mais de dez salários mínimos têm menor inadimplência com 4,4% e menor comprometimento de renda acima de 50% 14,8%.

Gráfico 6: Endividamento de risco por renda

Fonte: Relatório de endividamento de risco, Bacen, 2023.

Gráfico 7: Critérios de endividamento de risco por renda

Fonte: Relatório de endividamento de risco, Bacen, 2023.

Esses gráficos serviram para afirmar que, as regiões com maior número de endividados estão nas regiões nordeste e norte, também é possível constatar que as pessoas com mais de 35 anos são as mais endividadas, o que também revela a quantidade de pessoas acima de 60 anos endividadas. Em relação ao número de endividados e à renda, pode se afirmar que a população com menor renda são as mais afetadas pelo endividamento de risco.

4.2 ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DA POPULAÇÃO

A pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC), possui a função de monitorar o nível de endividamento e inadimplência no Brasil. De acordo com sua Série Histórica de 2023, divulgada no início de 2024, expõe dados sobre o endividamento da população brasileira.

A tabela 2 abaixo expressa a porcentagem de endividados por tipos de dívidas no Brasil, deve se levar em consideração que uma única pessoa pode estar inserida em uma ou mais modalidade. Quando se analisa a tabela 2, é notório que o cartão de crédito ocupa mais de 85% das dívidas, durante o 1º semestre de 2023, em segundo lugar o crediário, com aproximadamente 17% de endividados durante o período.

Tabela 2: Envidados por tipo de dívidas

Endividados por tipo de dívidas (%) - 1º semestre de 2023						
Modalidades	Jan/23	Fev/23	Mar/23	Abr/23	Mai/23	Jun/23
Cartão de crédito	85,80%	85,7%	86,1%	86,80%	87,20%	87,0%
Cheque especial	5,00%	4,7%	4,20%	4,0%	4,0%	4,0%
Cheque pré-datado	0,60%	0,50%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%
Crédito consignado	5,20%	5,10%	5,0%	4,9%	5,0%	5,2%
Crédito especial	8,10%	8,4%	8,6%	9,0%	9,1%	9,1%
Carnê	18,0%	18,30%	17,4%	17,0%	16,7%	16,3%
Financiamento de carro	8,5%	8,6%	8,3%	8,2%	7,9%	7,8%
Financiamento de casa	7,10%	7,30%	7,2%	7,1%	7,1%	7,3%
outras dívidas	2,10%	2,2%	2,4%	2,7%	2,9%	2,7%
não sabe	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
não respondeu	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%

Fonte: Autora, 2024. Dados: PEIC, 2024.

Com a tabela 3 abaixo é possível notar o alto percentual de famílias endividadas no país, com um pouco mais de 78% de famílias endividadas durante o semestre. O percentual de famílias com dívidas em atraso é de mais de 29% e as famílias que não terão condições de pagar é de aproximadamente 11,7%.

Tabela 3: Total de famílias endividadas

Famílias endividadas (%) - 1º semestre de 2023						
Endividados	Jan/23	Fev/23	Mar/23	Abr/23	Mai/23	Jun/23
Famílias endividadas	78,0%	78,3%	78,3%	78,3%	78,3%	78,5%
Famílias com dívidas em atraso	29,9%	29,8%	29,4%	29,1%	29,1%	29,2%
Famílias que não terão condições de pagar	11,6%	11,6%	11,5%	11,6%	11,8%	12,0%

Fonte: Autora, 2024. Dados: PEIC, 2024

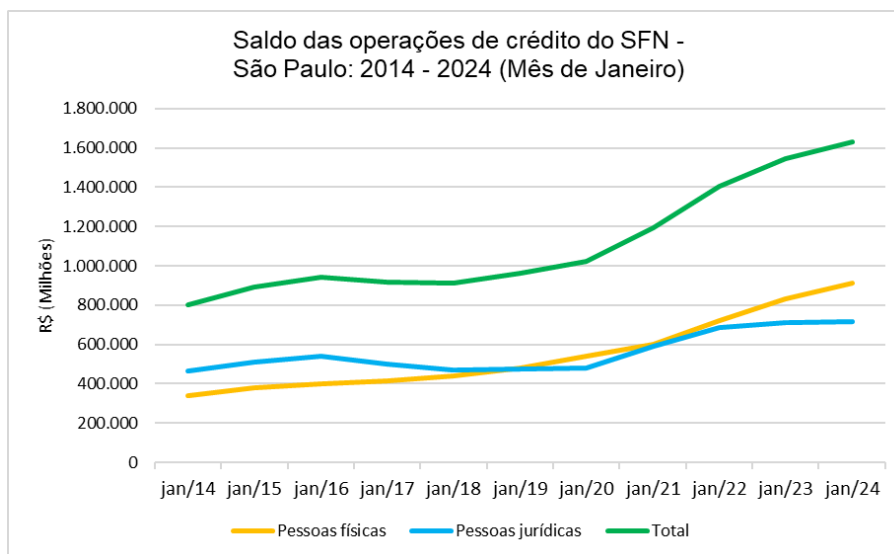
A tabela 4 abaixo, vai apontar que no estado de São Paulo, segundo a PEIC, em janeiro de 2014, 54, 7% das pessoas estavam endividadas, 17,8% estavam com contas em atraso e 4,7% não teriam como pagar as dívidas. Uma década depois, em janeiro de 2024 o número de endividados aumentou consideravelmente saltando para 69,0%, as pessoas com contas em atraso passaram para 21,8% e as pessoas que não conseguiram pagar foram de 9,7%.

Tabela 4: Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - (PEIC) 2014-2024 São Paulo (Mês de janeiro) - em %			
Ano	Endividados	Contas em atraso	Não terão como pagar
2014	54,7%	17,8%	4,7%
2015	39,3%	10,9%	4,7%
2016	51,8%	17,2%	7,2%
2017	49,2%	16,9%	7,4%
2018	53,3%	17,8%	7%
2019	49,9%	18,7%	8,2%
2020	59,9%	20,1%	8,6%
2021	58,7%	18,7%	8,5%
2022	73,1%	20,3%	7,2%
2023	73,1%	25%	10%
2024	69%	21,8%	9,7%

Fonte: Autora, 2024. Dados: PEIC, 2024.

O gráfico 8 abaixo, representa a quantidade de operações realizadas no estado de São Paulo no mês de janeiro de cada ano, de 2014 a janeiro de 2024. Por meio dele, é possível notar que ao passar dos anos houve um grande aumento do número de transações, sendo em janeiro de 2014, 340.539 milhões de operações e em janeiro de 2024, 913.721 milhões de operações.

Gráfico 8: Saldo das operações de crédito

Fonte: Autora, 2024. Dados: Sistema Financeiro Nacional.

No mesmo período de janeiro de 2014 a janeiro de 2024, pode-se notar um aumento das operações de crédito para pessoa física no estado, o que explica o aumento do uso do cartão pela população que se relaciona com o aumento da taxa de desemprego, pois sem dinheiro as famílias acabam recorrendo às modalidades de crédito para conseguir complementar a renda, porém sem condições de arcar com as dívidas, as pessoas ficam inadimplentes.

5. CARTÃO DE CRÉDITO

Com o desenvolvimento das relações comerciais, houve necessidade de estabelecer um meio de troca entre as mercadorias. Primeiramente, a troca era realizada através do escambo, no qual se realizava a troca do excedente de uma mercadoria por outra. Posteriormente, surgiu o fiado, uma forma de pagamento em uma data posterior à aquisição da mercadoria. Com os anos, surgem outras formas de estabelecimento das relações de trocas, como o ouro e a prata, depois o dinheiro em papel, recentemente os cartões de crédito e débito e, por fim, o pix.

O crédito originalmente representava a concessão de um empréstimo. Antes da popularização dos cartões de crédito, adquirir algo de valor elevado demandava submeter um requerimento ao banco. Nesse processo, os indivíduos eram avaliados com base em sua capacidade de reembolsar o empréstimo, o montante de capital que possuíam e seu caráter. Geralmente, apenas aqueles considerados respeitáveis e confiáveis conseguiam obter crédito, de acordo com os padrões morais da época.

Inicialmente o cartão de crédito surgiu nos EUA na década de 1920, onde donos de grandes estabelecimentos ofereciam aos clientes mais fiéis para utilizar em seu estabelecimento. Mas foi apenas no ano de 1949, quando Frank MacNamara estava com executivos financeiros em um restaurante na cidade de Nova York percebeu que tinha esquecido seu dinheiro e seu talão de cheques para pagar a conta, onde ele teve a ideia de criar um cartão em que tivesse o nome do dono, e que após um tempo, o dono do cartão pudesse pagar a conta.

Naquele mesmo ano, Frank criou o *The Diners Club* que era feito de papel. O cartão era aceito em apenas 27 restaurantes e era usado apenas por pessoas importantes na época. Em 1952, o cartão começou a ganhar mais adeptos e já era aceito por vários estabelecimentos de maneira universal. E neste mesmo ano foi criado o primeiro cartão de crédito internacional. Em 1955, o cartão passou a ser feito de plástico. Em 1958, foi a vez da American Express criar o seu cartão. Mas foi em 1966 que o *Bank American Service Corporation* criou o cartão *Bank Americard*, que rapidamente se tornou um sucesso, já que era aceito em mais de 12 milhões de estabelecimentos e pouco tempo depois, o cartão passou a se chamar a atual Visa. No mesmo ano, foi criado o *Master Charge* que originou a bandeira Mastercard.

Uma parcela significativa da população enfrenta desafios ao utilizar cartões de crédito de maneira estratégica e, paradoxalmente, são essas pessoas que contribuem substancialmente

para os lucros das empresas de cartões e instituições bancárias. A falta de compreensão por parte da população é muitas vezes aproveitada pelas operadoras de cartão, que apresentam o crédito como uma opção vantajosa em sua publicidade. Ao realizar uma compra com um cartão de crédito, nem todo o valor que você paga vai diretamente para o comerciante. Parte desse valor é retida por várias entidades envolvidas, como a empresa que administra o cartão, o banco emissor e a empresa que fornece a maquininha de cartão. Essas partes retêm uma parcela do pagamento e repassam o restante para o comerciante.

O comerciante inevitavelmente repassa esse custo adicional para o consumidor. Os preços dos produtos em qualquer loja já incluem esses custos associados às diferentes opções de pagamento. Assim, podemos concluir que a presença de cartões de crédito e débito contribui para o aumento dos preços de todos os produtos vendidos no comércio.

No Brasil, as administradoras de cartão cobram taxas de desconto que variam entre 4% e 5% dos comerciantes que aceitam cartões de crédito. Quanto menor o porte do comerciante, maior é a taxa. No caso de pagamentos feitos por débito, essa taxa fica entre 1,5% e 2,5%.

Os comerciantes também arcam com despesas relacionadas ao aluguel das populares “maquininhas” de pagamento eletrônico. O comerciante enfrenta uma espera de aproximadamente 33 dias para ter acesso aos fundos provenientes das transações realizadas com cartões de crédito. Esses dias de espera representam um encargo significativo para o comerciante, uma vez que o dinheiro parado acarreta custos adicionais, não gerando rendimento algum e, na verdade, perde o seu valor devido à inflação.

O comerciante depende desses fundos para repor seu estoque, cumprir com obrigações fiscais e lidar com todos os demais gastos operacionais da loja. Além disso, para antecipar o recebimento desses valores, também incorre em custos adicionais. Todo esse conjunto de despesas é repassado ao preço final dos produtos ou serviços, impactando diretamente no valor pago pelo consumidor.

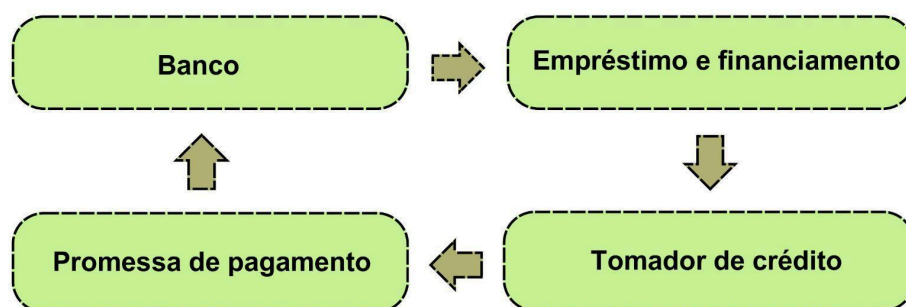
Até dia 1 de julho de 2010 existia uma relação de exclusividade entre a bandeira de cartões visa e a credenciadora cielo, a partir desse dia as credenciadoras poderão operar com diversas bandeiras, antes cada terminal era uma bandeira o que dificultava e limitavam as operações comerciais. com essas mudança o mercado se entregou mais, agora apenas uma máquina aceita vários cartões com bandeiras distintas, agilizando as transações e reduzindo custos ao comerciante, além de acabar como o monopólio, já que com a ampla concorrência as credoras tiveram que reduzir as tarifas. Antes monopolizada pela Visa e a Cielo, em 2023 são mais de 25 novas credenciadoras de cartão de crédito.

5.1 CRÉDITO E ACESSO AO CARTÃO DE CRÉDITO

O Crédito está relacionado à entrega de valor ou produto mediante um comprometimento de pagamento, em uma ou mais parcelas, num prazo determinado. Em um banco que realiza intermediação financeira como principal função, o crédito é colocado à disposição do cliente um determinado valor sob forma de financiamento ou empréstimo de acordo com score de cada indivíduo ou estabelecimento. A figura 6 abaixo explicita a relação entre o tomador de crédito, o banco que fornece o crédito em forma de empréstimo e financiamento, sob a promessa de pagamento, em determinadas parcelas ou período para quitação da dívida.

Figura 6 - Ciclo do crédito

Ciclo do Crédito



Fonte: Autora, 2024.

O mercado de cartão de crédito no Brasil foi impulsionado pelo crescimento econômico e social, aliado aos avanços tecnológicos dos meios de pagamentos. No sistema de pagamentos com cartões, há diversos agentes com funções específicas, que juntos viabilizam as transações entre o portador do cartão e o comerciante.

A lógica por trás dessas transações se dá pelo portador do cartão, ou seja, o proprietário do cartão que utiliza o mesmo para realizar suas compras. O cartão é emitido pelos bancos emissores que são monitorados pelo Banco Central do Brasil, no qual, oferecem o crédito e autorizam ou não as operações. As credenciadoras, atuam como mediadores entre o consumidor e comerciante, fazendo com que o pagamento seja realizado, isso acontece, por exemplo, através da maquininha de cartão. A bandeira é a empresa que opera sob supervisão do Banco Central do Brasil e é responsável por estabelecer as redes de pagamento entre os bancos, credenciadoras e os portadores, portanto, sua função é garantir que as transações ocorram e fluem corretamente.

A tabela 5 abaixo, representa a quantidade de cartões de crédito emitidos e relação de cartões de crédito ativos, no 1º semestre de 2020, até o 4º semestre de 2023. No 1º semestre de 2020, nota-se que o número de cartões emitidos foi 215.689.583 milhões e 128.079.069 milhões ativos, o que representa 59,4% dos cartões que estão sendo utilizados. No 4º semestre de 2022, o número de cartões emitidos foi de 428.480.926 milhões de cartões emitidos e 205.547.235 milhões de cartões ativos, o que representa 48% dos cartões em uso, porém o aumento da quantidade emitida foi do 1º semestre de 2020 para o 4º trimestre foi de 181.103.548 milhões e o número de cartões ativos teve um aumento de 74.642.133 milhões de cartões ativos. Esse aumento está relacionado ao acesso facilitado ao crédito, devido ao aumento da quantidade de bancos digitais e principalmente como uma extensão do salário dos usuários.

Tabela 5: Quantidade de cartões de crédito

Quantidade de Cartões de Crédito - (2020-2023)			
Trimestre/Ano	Emitidos	Ativos	%
1º 2020	215.689.583	128.079.069	59,4
2º 2020	218.818.590	125.972.192	57,6
3º 2020	240.081.289	129.027.930	53,7
4º 2020	253.199.999	133.906.585	52,9
1º 2021	269.120.982	139.503.881	51,8
2º 2021	297.388.100	149.758.227	50,4
3º 2021	324.480.719	166.275.476	51,2
4º 2021	352.046.171	182.723.899	51,9
1º 2022	380.557.975	196.246.298	51,6
2º 2022	396.793.131	202.721.202	51,1
3º 2022	415.630.926	205.744.330	49,5
4º 2022	428.480.926	205.547.235	48,0
1º 2023	437.982.028	201.352.682	46,0
2º 2023	439.907.174	195.042.824	44,3
3º 2023	454.568.581	203.763.042	44,8
4º 2023	473.286.593	206.184.949	43,6

Fonte: Autora, 2024. Dados: Bacen, série temporais SGS, 2024.

Durante o ano de 2023 a quantidade de cartões se manteve estável, em todas as bandeiras, na qual pode se notar que a Mastercard, a Visa e a Elo dominam o mercado de cartões de crédito brasileiro (tabela 6).

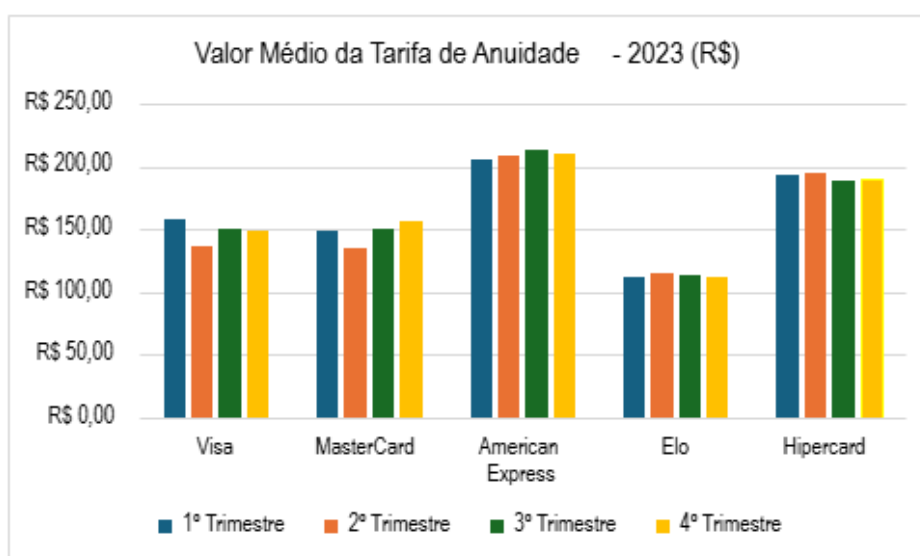
Tabela 6: Quantidade de cartões de crédito ativos por arranjo de pagamentos

Quantidade de cartões de crédito ativos por arranjo de pagamentos (2023)						
Trimestre	Visa	MasterCard	Amex	Elo	Bandeira Própria	Outros
1º	65.925.459	121.811.236	891.016	8.257.484	4.383.971	83.496
2º	63.419.503	117.636.461	877.664	8.355.486	4.672.191	81.501
3º	64.713.905	124.852.413	860.799	9.019.153	4.236.767	79.988
4º	64.465.808	127.239.962	831.650	9.117.473	4.456.044	73.993

Fonte: Autora, 2024. Dados: Bacen, série temporais SGS, 2024.

O gráfico 9 abaixo diz respeito ao valor da anuidade cobrada pelas bandeiras de cartão Visa, Mastercard, American Express, Elo e Hipercard, durante os 4 trimestres de 2023. Nesse gráfico, é possível perceber que tanto a Visa e a MasterCard possuem uma anuidade em torno de R\$ 150 reais por trimestre, a Elo possui a anuidade mais baixa dentre as bandeiras.

Gráfico 9: Valor médio da tarifa de anuidade



Fonte: Autora, 2024. Dados: Bacen, série temporais SGS, 2024.

Na tabela 7 abaixo, é possível observar o aumento da quantidade do uso do cartão de crédito durante janeiro de 2016 a janeiro de 2024. As transações de cartões de crédito em janeiro de 2016 são de 60.272 milhões de transações, em janeiro de 2024 o número de transações foi de 212.671 milhões. Durante esse período foram realizadas 152.399 milhões de transações a mais se comparado janeiro de 2024 com janeiro de 2016. O cartão de débito também aumentou seu uso, em janeiro de 2016 o número de transações foi de 36.414 e em janeiro de 2024 foi de 82.385.

Com essa tabela é possível notar que, o uso de cartão de crédito no Brasil triplicou comparando os dados de 2016 e 2024, tanto para o crédito quanto débito e o pré-pago.

Tabela 7: Transações realizadas 2016 - 2024 - mês de janeiro

Transações realizadas 2016 - 2024 - Mês de janeiro (R\$ milhões)				
Mês/ano	Crédito	Débito	Pré-pago	Total
jan. 2016	60.272	36.414	316	97.002
jan. 2017	64.970	40.840	497	106.307
jan. 2018	74.565	46.057	863	121.485
jan. 2019	88.003	53.114	1.336	142.453
jan. 2020	105.145	61.453	2.466	169.064
jan. 2021	105.145	72.600	6.525	189.607
jan. 2022	153.997	78.267	14.766	247.030
jan. 2023	186.522	83.467	23.124	293.114
jan. 2024	212.671	82.385	29.361	324.417

Fonte: Autora, 2024. Dados: PEIC, 2024.

5.2 RISCO DE CRÉDITO

O Risco de crédito é calculado baseado nas informações de caráter financeiro dos consumidores e ou de empresas. Se o indivíduo possuir um histórico de bom pagador, o mesmo conseguirá um crédito com um juros não tão alto. Se o consumidor possuir um

histórico ruim os juros tendem a subir mais, pois a taxa de risco de não pagamento de um possível crédito adquirido é maior.

A Resolução 2.682, de 21 de Dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil (BACEN, 1999), determinou níveis de classificação de risco e determinou parâmetros, com os respectivos valores, estabelecendo percentuais para créditos com possíveis riscos de inadimplência. Esses juros cobrados em operações com maior teor de inadimplência, é como uma espécie de reserva caso o indivíduo ou empresa não consiga liquidar a dívida. As classes de risco vão de AA, as pessoas que pagam suas contas em dia, a H que são as pessoas que devem a mais 180 dias e com baixa possibilidade de pagamento. Como aponta a tabela 8 abaixo:

Tabela 8: Classes de risco por dias e taxa de provisionamento

Classes de Risco por dias e taxa de provisionamento		
Classes de riscos	Dias de atraso	Provisionamento
AA	Em dia	0,00%
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Mais de 180 dias	100,00%

Fonte: Autora, 2024. Dados: Bacen - *Resolução n° 2682*, de 21 de dezembro de 1999.

O Art. 2º Resolução 2.682, define os critérios que as instituições financeiras devem seguir para classificar o nível de risco das operações de crédito. Essas avaliações para o fornecimento de crédito são realizadas tendo como parâmetro a situação financeira, tanto de pessoa física quanto jurídica, a natureza e finalidade das transações, pontualidade e atrasos nos pagamentos entre outros fatores, esses critérios impactam na concessão e nos custos relacionados às operações de crédito (tabela 9).

Tabela 9: Riscos de créditos

Riscos de créditos	
Riscos	Atributos
Risco do Cliente ou Intrínseco	Está relacionado ao tomador de crédito, o risco da promessa de pagamento, os Cs do crédito (capacidade, caráter, condições, capital e conglomerado).
Risco da Operação	São as condições do empréstimo, como prazos, juros e garantias.
Risco da Concentração	Diz respeito ao crédito centralizado em um único setor, grupo ou região.
Risco da Administração do Crédito	Está relacionado a erros internos das instituições, como análise mal realizadas e falhas nas cobranças.

Fonte: Autora, 2024 . Dados: Bacen - *Resolução nº 2682*, de 21 de dezembro de 1999.

5.3 CRÉDITO COMO NEGÓCIO

O crédito é o principal produto da relação entre o tomador e o banco, ao contrário das indústrias e comércio que além de vender a prazo a mercadoria é comercializada à vista, o banco não, ele oferece o crédito em cima de um pagamento determinado e com juros dependendo do grau de risco presente nas transações. Segundo Silva 2017:

Em um banco, o crédito é o elemento tradicional na relação cliente-banco, isto é, é o próprio negócio. Numa empresa comercial ou industrial, por exemplo, é possível vender à vista ou a prazo. Num banco, não há como fazer um empréstimo ou um financiamento à vista. A principal fonte de receita de um banco deve ser proveniente de sua atividade de intermediação (Silva, 2017, p. 46).

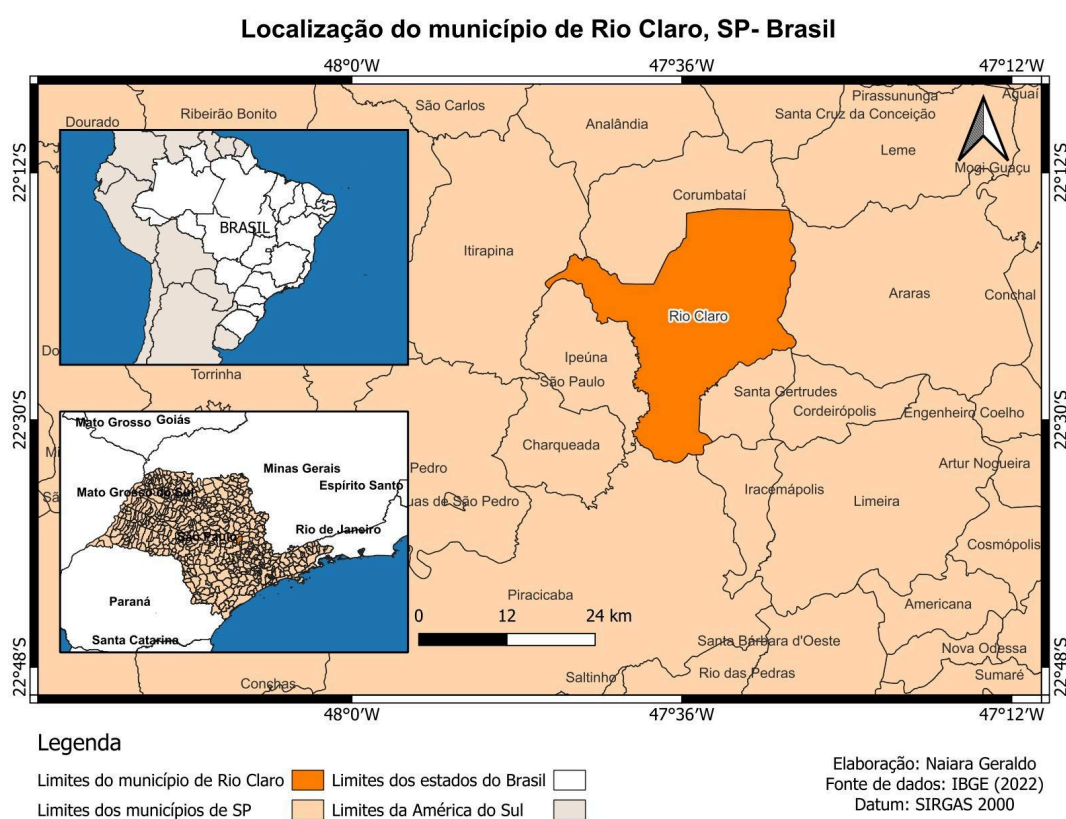
As fintechs de crédito por exemplo se alastra no território cada vez mais, elas se diferem dos bancos tradicionais por apresentarem um sistema financeiro ligado a tecnologia, por meio de sites e aplicativos no celular, o próprio slogan dos bancos digitais é por serem eficientes e de fácil acesso, sem burocracias de bancos tradicionais. O número de usuários dos bancos digitais como Nubank, Inter, Picpay e C6 Bank aumentou muito, além de novos bancos estão sendo criados.

A Resolução nº 5050/2022 do CMN, proporcionou maior segurança jurídica para o setor e permitiu que as fintechs de crédito se expandissem, ou seja, essa resolução fez com que as operações fossem melhor fiscalizadas.

6. RIO CLARO

O município de Rio Claro está localizado no estado de São Paulo a aproximadamente 180 km da capital do estado, de acordo com o censo de 2022, possui uma população de aproximadamente 201.418 pessoas, a densidade demográfica é de 404,11 habitantes por quilômetro quadrado. O produto interno bruto (PIB) per capita é de R\$63.209,08. O município de Rio Claro faz parte da região metropolitana de Piracicaba.

Mapa 3: Localização de Rio Claro



Fonte: Autora, 2024.

A tabela 10 abaixo representa a quantidade do número de indústrias e estabelecimentos do município de Rio Claro no período de 2018 a 2023. Durante os anos de 2018 a 2021 a quantidade de estabelecimentos sofreu uma pequena queda devido às consequências da causadas pela covid-19, nos 2022 e 2023 houve um aumento considerável na quantidade de estabelecimentos.

Tabela 10: Quantidade de estabelecimentos - Rio Claro, SP

Quantidade de estabelecimentos - Rio Claro, SP - 2018 - 2023						
IBGE Setor	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1 - Extrativa mineral	20	21	21	20	24	23
2 - Indústria de transformação	651	652	657	679	781	802
3 - Serviços industriais de utilidade pública	14	13	13	17	15	16
4 - Construção Civil	208	177	189	190	234	255
5 - Comércio	1.879	1.809	1.795	1.820	1.957	1.947
6 - Serviços	1.908	1.879	1.849	1.845	2.073	2.118
7 - Administração Pública	6	7	6	6	5	0
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	182	165	166	146	171	172
9 - Ignorado	0	0	0	0	3	0
{ñ class}	0	0	0	0	8	0
Total	4.868	4.723	4.696	4.723	5.271	5.333

Fonte: Autora, 2024. Dados: Rais/Caged

A tabela 11 abaixo representa a quantidade de vínculos do município de Rio Claro, pode se notar um aumento gradual no número de vínculos, de 2018 a 2023. Com isso, pode-se observar que Rio Claro é que o setor da indústria de transformação, e do setor de serviços juntos correspondem a 72% dos empregos do município.

Tabela 11: Quantidade de vínculos empregatícios - Rio Claro, SP

Quantidade de vínculos empregatícios - Rio Claro, SP - 2018 - 2023						
IBGE Setor	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1 - Extrativa mineral	249	276	272	327	320	312
2 - Indústria de transformação	21.869	22.877	23.284	24.970	24.342	24.467
3 - Serviços industriais	638	670	655	955	850	721
4 - Construção Civil	1.962	1.743	1.755	2.043	2.350	2.964
5 - Comércio	11.403	11.500	11.447	11.591	12.527	12.463
6 - Serviços	19.709	20.015	21.619	20.625	21.034	21.665
7 - Administração Pública	53.66	5.302	5.279	5.069	5.687	5.687
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	11.06	1.240	1.564	1.197	1.899	1.868
9 - Ignorado	0	0	0	0	2	0
{ñ class}	0	0	0	0	84	0
Total	62.302	63.623	65.875	66.777	69.095	71.470

Fonte: Autora, 2024. Dados: Rais/Caged

6.1 CENTRALIDADE DO MUNICÍPIO

Rio Claro é um município que promove diversos serviços como: bancos, escolas, universidades, médicos, sobretudo serviços financeiros como bancos, empresas credenciadoras. Estão localizadas em áreas centrais com um grande fluxo de pessoas, onde também se concentra o comércio, e serviços.

Em Rio Claro a Praça Central possui um nome popular chamado “Praça dos Bancos” na qual estão localizadas as principais instituições financeiras da cidade (Bradesco, Santander, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica e credenciados como Crefisa, BMG entre outras). Quando se trata de creditação do território, aborda os agentes de fornecimento de crédito espalhados pela cidade, na qual cada um desses estabelecimentos buscam um público específico de clientes, por exemplo, a Crefisa possui como seu público alvo aposentados e pensionistas.

Rio Claro é uma cidade média, pois a mesma desempenha um papel de intermediação no âmbito de sistemas simples ou complexos. Rio Claro exerce centralidade em relação aos municípios que o circundam, ofertando serviços que Santa Gertrudes, sua cidade vizinha não oferece, como um serviço hospitalar especializado, compra de um objeto específico, lazer, entre outros serviços. Rio Claro exerce certa hierarquia entre Santa Gertrudes, mas é hierarquizada por Piracicaba, que por sua vez, possui um grau de complexibilidade a mais, principalmente devido ser a capital da região metropolitana de Piracicaba. Para Sposito (2010):

Não se trata da substituição de redes urbanas hierárquicas por outros tipos de redes, mas da combinação complexa e contraditória de fluxos que se estabelecem tanto no sentido hierárquico, como no sentido horizontal ou transversal, uma vez que uma mesma cidade é o espaço de ação e decisão de atores econômicos que se relacionam em diferentes escalas. Trata-se da sobreposição de redes organizadas por vetores de diferentes naturezas e intensidades, gerando o que já se denominou de “rede de redes” (Sposito, 2010. p. 53).

Na divisão internacional e territorial do trabalho, cada lugar tornou-se especialista em determinada atividade, o território foi utilizado predominantemente pela lógica de competitividade das empresas e do mercado que cria condições ou explora as exigências para fomentar cenários favoráveis à produtividade e à rentabilidade econômica.

Ao se referir às cidades médias não se deve levar em consideração se o seu tamanho médio, como também as funções que as mesmas desempenham, as intermediação, tanto no âmbito de sistemas simples ou complexos. A função que a cidade exerce no local que ela está inserida, intermediando fluxos econômicos, populacionais e informacionais entre a pequena cidade e a grande cidade, ou seja, ligando toda região que ela está inserida (Sposito, 2010).

A expansão da propriedade privada da terra e do solo transforma a totalmente em mercadoria a ser vendida para o mercado. Os bancos, a indústria, o comércio e o Estado orientam suas estratégias de acumulação de capital na produção da mercadoria - espaço, com isso, a expansão da lógica do consumo e produção de mercadorias se instala no cotidiano da população, por meio de estratégias diversas que se modificam de acordo com as estratégias de mercado vigente. A acumulação como imposição para reprodução social (Fani; Souza; Sposito, 2020).

Atualmente, as técnicas da informação permitem que a técnica seja espalhada para diferentes partes do mundo, presente em toda parte. O meio técnico científico informacional alcança a totalidade de cada nação tanto direta como indiretamente, a unicidades da técnicas promove que diferentes partes do mundo realizam e fazem parte das mesmas ações, como um

motor único que se conforma por meio de indústrias mundiais que disputam entre si e lutam pelo controle do monopólio, quanto uma empresa avança outra do mesmo ramo também se qualifica.

Segundo Santos (2000):

Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundialização, uma sustentando e arrastando a outra (Santos, 2000, p.30).

Os agentes usam e modificam o território como bem entende. Cria novos mecanismos de exploração do território e das pessoas, condicionando as mesmas cada vez mais.

7. REDES DE SUPERMERCADO E CARTÕES DE LOJA

As grandes redes de supermercado além de comercializar produtos, produzem, pois o mesmo pode possuir sua marca própria, além de possuir um cartão próprio. Por venderem em grande quantidade, conseguem descontos ao adquirir os produtos com as indústrias, consequentemente, pagando mais barato pelos produtos.

Os cartões private Label, ou cartões de lojas, são emitidos sobre a marca de redes varejistas com o objetivo de fidelizar os clientes e efetivar as vendas, sendo uma grande ferramenta para conseguir mais vendas, principalmente para classes mais baixas, fazendo com que essas famílias tenham acesso ao crédito e com isso aumentar seu poder de compra. Esses cartões além de oferecer o poder de compra, também fidelizam o cliente por meio de pontuações no cartão para trocar por determinado produto, descontos em determinados produtos, promoções. O cartão de loja para o varejista é uma maneira de substituir crediários.

Os cartões de lojas a priori eram emitidos por grandes redes, como lojas de departamento, grandes redes alimentícias, redes de farmácia, porém com o crescente avanço do mercado financeiro, pequenos e médios comércios, estão passando a criar seu próprio cartão, em parceria com algumas financeiras de crédito, como o caso do supermercado Pantoja, que possui duas lojas no município de Rio Claro, São Paulo.

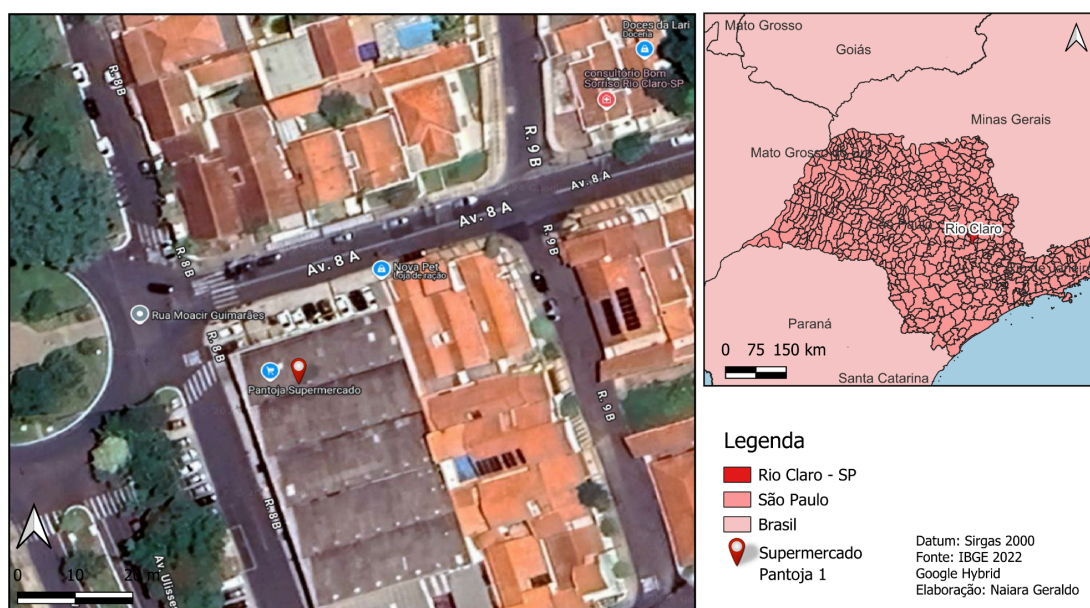
Para não sofrer perdas devido à concorrência das grandes redes atacadistas, os mercados locais também criam a primeiro momento meios de fidelizar os clientes, com sorteio de vale compras acima de determinado valor gasto no estabelecimentos, kit churrasco, cesta de natal, cesta de páscoa, durante épocas festivas.

8. PANTOJA SUPERMERCADOS

O Supermercado Pantoja é um estabelecimento local, sua loja 1 está localizada na rua 8 B, 727, Vila Indaiá, atendendo principalmente a população dos bairros: Bela Vista, Vila Indaiá, Cidade Nova e Vila Alemã.

Mapa 4: Localização Supermercado Pantoja - Loja 1

Localização Supermercado Pantoja - Loja 1



Fonte: Autora, 2024. Mapa de localização Pantoja loja 1.

O supermercado Pantoja loja 2, está localizado na rua 3 B, 556, Cidade Nova, atendendo o Centro, Vila Indaiá, Cidade Nova e Vila Paulista.

Figura 8: Supermercado Pantoja loja 2

Fonte: Acervo pessoal. Supermercado Pantoja Loja 2, 2024.

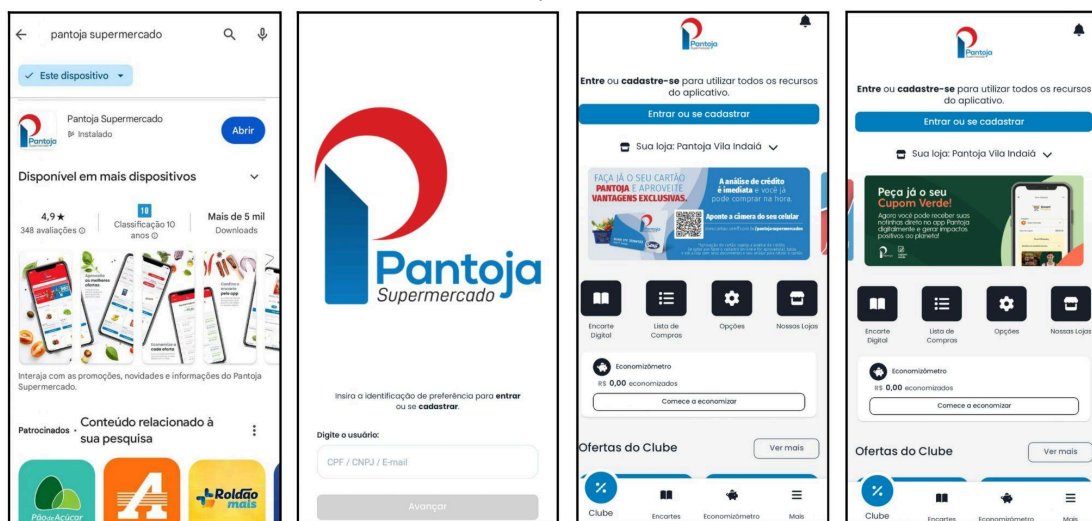
Para não ficar atrás das grandes redes atacadistas, os mercados locais também criam a priori meios de fidelizar os clientes com sorteio de vales compras acima de determinado valor gasto no estabelecimentos. O mercado Pantoja é um mercado local que atende a população dos bairros Bela Vista, Vila Indaiá, Vila Paulista, Cidade Nova e Centro.

Como uma forma de competir com grandes redes atacadista a mesma tenta fidelizar os clientes tanto como sorteio, de vale compra ao cliente gastar determinada quantia no local, ou sortear kits churrasco e demais brindes, essa prática é comum em vários comércios do ramo alimentício, porém com o avançar das técnicas as formas de fidelizar os clientes, por meio de aplicativos que oferecem inúmeras vantagens: como promoções, descontos, avisos sobre horário de funcionamento.

Esses aplicativos conforme as pessoas se cadastram no mesmo irá gerar um banco de dados sobre o cliente, pois no próprio login do será informado, informações pessoais como nome, data de nascimento, local onde mora, a média de gasto no estabelecimento ou seja o próprio mercado cria um banco de dados e obtém o perfil do cliente. O supermercado não podia ficar de fora da lógica do mercado, portanto se juntou a lógica de cartão próprio, e em menos de um ano, o mesmo criou um aplicativo que serviu como base de dados, traçar o perfil dos consumidores, para viabilização do cartão de crédito, se esse investimento trará retorno futuramente.

Figura 9 : PrintScreen do aplicativo clube Pantoja

Clube Pantoja



Fonte: Autora, 2024. Print screen, App Clube Pantoja, 2024.

8.1 GRUPO SENFF

O grupo Senff, foi fundado em 1892, no estado do Paraná, inicialmente como um panificadora, em 1977 transformou se em uma rede de supermercados, a Rede Parati, na qual foi vendida para o grupo Pão de Açúcar no ano de 2000. No mesmo ano, tornou-se administradora de cartão de crédito Private label. Em 2010 fundou a financeira Senff S.A, que no ano de 2020 se tornou um Banco com a autorização do Banco Central do Brasil. O Grupo Senff é constituído por empresas que fornecem suporte às suas operações, como: o Banco Senff, Senff Soluções para o Varejo, Senff Soluções Empresariais, Senff TI, Senff Contact, Senff Shopping. Em seu site o grupo Senff oferece uma gama de serviços oferecendo serviços financeiros, pagamentos, cartões de inúmeras modalidades como, cartão alimentação, cartão combustível, cartão presente, cartão farmácia e cartão de adiantamento, (adiantamento do salário, caso o trabalhador solicite ao empregador).

Figura 10 : Cartões grupo Senff

Fonte: Site Senff, 2024.

O grupo Senff também oferece cartão consignado e empréstimo consignado visando alcançar a população idosa pensionista do INSS e servidores públicos. Para pensionistas do INSS, o Crédito Consignado da Senff oferece cerca de 84 meses e para servidores públicos até 96 meses, para que seja efetuado o pagamento, na qual o desconto é feito diretamente na folha de pagamento e as taxas de juros são baixas, pois é um crédito com baixo risco.

Segundo o jornal Valor Econômico em 2022, o grupo Senff emitiu mais de 3,5 milhões de cartões e tem mais de 100 mil clientes na sua conta digital, lançada há cerca de um ano. A carteira de crédito é de aproximadamente R\$160 milhões.

8.2 CARTÃO DE CRÉDITO PANTOJA SENFF

O supermercado pantoja se uniu ao Grupo Senff, criando o seu próprio cartão de crédito, como uma das suas estratégias de vendas e garantir a competitividade com demais mercados do município, com exceções de mercearias e mercados muito pequenos, o pantoja é um dos únicos mercados tidos como tradicionais em Rio claro, algumas redes atacadistas ocupam a cidade Savegnago, Assaí, Paulistão, Atacado, Examine, entre outros.

O Pantoja primeiramente fideliza os clientes pelo aplicativo “Clube Pantoja” e depois analisa o banco de dados que o aplicativo fornece e pouco tempo depois criou a parceria com o Grupo Senff e criou seu próprio cartão adentrando cada vez mais a lógica de mercado.

Ambos os mercados possuem padaria, onde são produzidos pães, bolos e outros produtos de confeitaria. Ambos possuem hortifruti e açougue próprio.

Além de comercializar os produtos já manufaturados, produzir seu próprio produto, como um bolo, o supermercado Pantoja possui seu cartão de crédito, ou seja, o Pantoja está integrado na esfera da circulação de mercadorias, ao vender produtos, está integrado na produção de produtos ao produzir, marmitas, tortas e pão, e ao capital financeiro, ao se juntar a uma credenciadora de cartão de crédito e fidelizar seu cliente oferecendo para que os mesmos consumam seus produtos com o seu cartão, cobrando taxas, juros e demais serviços pelo mesmo, além de lucrar pelo fato da pessoa consumir no mercado ela lucra também pelo uso do cartão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade capitalista você é o que consome, as propagandas e publicidades induzem, as pessoas a consumirem cada vez mais, e criam novos mecanismos de incentivo ao consumo, como as lives de commerce. Ao mesmo tempo que consumir é tido como vital, não possuir recursos para viabilizar o consumo se opõe à lógica do consumo.

Como o salário é insuficiente, o cartão de crédito é utilizado como uma extensão do mesmo, que fomenta a falsa sensação de possuir, porém é só uma maneira de fazer as pessoas consumirem e se endividarem, e esse endividamento já é esperado e calculado, as próprias dívidas das pessoas geram lucro no mundo da securitização.

O aumento do poder de compra que a população teve no começo do século, foi apenas mais uma ferramenta que deixou o sentimento de auto desenvolvimento econômico, com a crise escancarada novamente e cada vez mais latente, é possível notar o aumento da desigualdade e a concentração de riqueza nas mãos dos mesmos, onde se possui a acumulação existe a desigualdade, o sistema só tenta encontrar mecanismos para mascarar a pobreza. Segundo Santos (2003):

A pobreza não será eliminada, apenas mascarada. Esta nova fase no processo de modernização capitalista conduzirá à pobreza, à pobreza planejada (Santos, 2003, p. 29).

As financeiras de cartão, sobretudo, aproveitam da vulnerabilidade socioeconômica das pessoas cobrando altos juros para fornecer um cartão, no caso dos cartões private label, que são em sua grande maioria para compras no próprio estabelecimento, como no caso dos supermercados, as famílias usam eles para realizar a compra do mês, pagando uma compra e fazendo outra, condicionando a população até no seu maior ato vital que é se alimentar.

BIBLIOGRAFIA

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 98, p. 111–126, 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.008. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/170465>. Acesso em: 1 dez. 2024.

AGROSTAT BRASIL. Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em:

<https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Agrostat/Agrostat.html>.

Acesso em: 26 nov. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Política Monetária. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução 2.682, de 21 de Dez. de 1999, do Banco Central do Brasil. Disponível em:

https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/44961/Res_2682_v2_L.pdf.

Acesso em: 21 nov. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução CMN nº 5.050 de 25 nov. 2022, Banco Central do Brasil. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5050>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Série cidadania financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Série cidadania financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023. 42 p.: il.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Disponível em:

<https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/caged-3/>. Acesso em: 20 set. 2024.

CAMPOS, Álvaro. Grupo Senff, do Paraná, investe R\$ 15 milhões e cria instituição de pagamento. *Jornal Valor Econômico*, São Paulo, 25 de fev. de 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/02/25/grupo-senff-do-paran-investe-r-15-milhes-e-cria-instituio-de-pagamento.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970). São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CANO, W. Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? Centro Celso Furtado, 2005, p. 4.

INSTAGRAM, Virgínia Fonseca. Print Screen, live commerce da marca WePink, 23 junho de 2023.

MARICATO, Ermínia; ROYER, Luciana. A política urbana e de habitação. In: *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 80.

NIGRO, Thiago. Disponível em: <https://www.oprimorico.com.br/thiago.nigro/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PRADO Jr., C. Formação do Brasil Contemporâneo. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Relatório Diagnóstico sobre a fome e o desperdício. 2022. Disponível em: http://greenkitchen.com.br/site/wp-content/uploads/2023/06/20221005-Versa%CC%83o-resu-mida-Relato%CC%81rio-Diagno%CC%81stico-s_230606_162816.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, José Pereira da. Gestão e análise de risco de crédito. 9ª ed. São Paulo: Cengage, 2017.

SIMONETTI, Giovanna. Boca Rosa fatura R\$ 5 milhões em live de pré-lançamento. Forbes Brasil, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2024/06/boca-rosa-live-de-pre-lancamento/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. Geografia, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

STRAHM, Rudolf H. Subdesenvolvimento: por que somos tão pobres?. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª edição, 1992.

TOSCANO DE BRITO, Rodrigo; OLIVEIRA ARAÚJO, Fábio José de. Contratos, superendividamento e a proteção dos consumidores na atividade econômica. Direito e Desenvolvimento, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 165–204, 2017. DOI: 10.26843/direitoedesenvolvimento.v5i9.250. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/250>. Acesso em: 3 dez. 2024.

VAINER, Carlos. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 21 a 25 de maio de 2007, Belém - Pará - Brasil.